

*Agende-se*

**PROPOSTA**

*lu -*

**Considerando que:**

1. O Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia participativa, através do qual se dá aos cidadãos a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo quais os projetos que desejam ver implementados;
2. A política pública municipal do executivo da Câmara Municipal do Porto entende a coesão social não apenas como uma prioridade estratégica mas igualmente como um imperativo moral;
3. É necessário instituir processos que estimulem a aproximação dos municípios e fregueses aos seus representantes eleitos, promovendo um maior estreitamento entre ambos;
4. Este processo democrático deliberativo reforça a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais;
5. As Freguesias são, por força da sua proximidade, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as populações e, por isso mesmo, mais capacitadas para aferir junto destas quais as suas verdadeiras necessidades e as suas naturais aspirações;

**Mais considerando que,**

6. A sustentabilidade é um dos 4 vetores essenciais que orientam todo o programa do executivo municipal, transversal aos outros três (cultura, economia e coesão social) e com incidência em vários domínios;

7. Os desafios da sustentabilidade implicam um conjunto de políticas públicas que garantam que o desenvolvimento se concretiza de forma harmoniosa;

8. Um orçamento colaborativo pode introduzir mecanismos de incentivo e controlo da gestão pública, assim como da gestão de recursos humanos e financeiros, ao nível do cidadão;

9. É vontade do Município cooperar com as freguesias e com as comunidades locais na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nas suas diversas vertentes social, económica e ambiental;

10. Para tanto, o Executivo Municipal, na sua reunião de 22 de julho de 2019, aprovou as condições de atribuição de apoio a projetos selecionados pelas diferentes freguesias do Município, na sequência de dinâmicas participativas, aprovando a atribuição aos projetos selecionados nessas condições de um apoio de 150.000€ por cada freguesia;

11. Tendo em vista manter o princípio da proximidade e do apoio direto às comunidades locais que preside e fundamenta esta iniciativa desde a sua génese, o Município do Porto pretende agora delegar nas Freguesias a gestão da concessão dos apoios aos projetos por si selecionados, no âmbito do programa "Orçamento Colaborativo";

# Porto.

12. Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, *"os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias"*;

13. O Município pretende, assim, celebrar com as Freguesias referidas no considerando n.º 12 um contrato interadministrativo, nos termos das minutas que aqui se juntam e se dão por integralmente reproduzidas;

14. Através destes contratos o Município delega nas Freguesias a competência de atribuição e gestão da concessão do apoio aos projetos melhor identificados no anexo I às respetivas minutas, transferindo para cada freguesia um valor global de 150.000€ (cento e cinquenta mil euros), valor este que possui os seguintes números de cabimento e compromisso:

Freguesia	Valor a transferir	Cabimento	Compromisso
Bonfim	150.000€	63390	71661
Campanhã	150.000€	63390	71660
Paranhos	150.000€	63390	71662
Ramalde	150.000€	63390	71663
União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	150.000€	63390	71666
União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	150.000€	63390	71664
União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	150.000€	63390	71665

**Assim,**

**Propõe-se que:**

Nos termos e a coberto do disposto conjugadamente na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e nas alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal submeta a deliberação da Assembleia Municipal:

- a aprovação da celebração, com as Freguesias do concelho do Porto, dos contratos interadministrativos cujas minutas se anexam e aqui se submetem a aprovação, através dos quais o Município delega nas Freguesias a competência para conceder e gerir o apoio aos projetos por estas selecionados, no âmbito do programa "Orçamento Colaborativo".

Porto, 30 de janeiro de 2020.


Visto.



Visada

Direção Municipal de Serviços Jurídicos

O Presidente da Câmara Municipal do Porto



Rui Moreira

c





## CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

**Assunto:** Orçamento Colaborativo - Aprovação da celebração dos contratos interadministrativos com as Freguesias do concelho do Porto.  
NUD/46893/2020/CMP

**Deliberação:** Aprovada por unanimidade.

**Reunião Pública do Executivo Municipal de 10 de fevereiro de 2020.**

**O Diretor Municipal da Presidência**



**Adolfo Sousa**

## **Contrato Interadministrativo**

### **Orçamento Colaborativo**

#### **Considerando que:**

1. O Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia participativa, através do qual se dá aos cidadãos a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo quais os projetos que desejam ver implementados;
2. A política pública municipal do executivo da Câmara Municipal do Porto entende a coesão social não apenas como uma prioridade estratégica mas igualmente como um imperativo moral;
3. É necessário instituir processos que estimulem a aproximação dos munícipes e fregueses aos seus representantes eleitos, promovendo um maior estreitamento entre ambos;
4. Este processo democrático deliberativo reforça a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais;
5. As Freguesias são, por força da sua proximidade, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as populações e, por isso mesmo, mais capacitadas para aferir junto destas quais as suas verdadeiras necessidades e as suas naturais aspirações;

#### **Mais considerando que,**

6. A sustentabilidade é um dos 4 vetores essenciais que orientam todo o programa do executivo municipal, transversal aos outros três (cultura, economia e coesão social) e com incidência em vários domínios;
7. Os desafios da sustentabilidade implicam um conjunto de políticas públicas que garantam que o desenvolvimento se concretiza de forma harmoniosa;
8. Um orçamento colaborativo pode introduzir mecanismos de incentivo e controlo da gestão pública, assim como da gestão de recursos humanos e financeiros, ao nível do cidadão;
9. É vontade do Município cooperar com as freguesias e com as comunidades locais na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nas suas diversas vertentes social, económica e ambiental;

10. Para tanto, o Executivo Municipal, na sua reunião de 22 de julho de 2019, aprovou as condições de atribuição de apoio a projetos selecionados pelas diferentes freguesias do Município, na sequência de dinâmicas participativas, aprovando a atribuição aos projetos selecionados nessas condições de um apoio de 150.000€ por cada freguesia;

11. Tendo em vista manter o princípio da proximidade e do apoio direto às comunidades locais que preside e fundamenta esta iniciativa desde a sua génese, o Município do Porto pretende agora delegar na Junta de Freguesia do Bonfim a gestão da concessão dos apoios aos projetos por si selecionados;

12. Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, *"os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias"*;

Pelo exposto, nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, por remissão deste, dos artigos 120.º, 123.º n.º 3 e 131.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020, da Assembleia Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020 e da Assembleia da Freguesia do Bonfim de \_\_\_\_\_,

Entre:

Primeiro Outorgante: **MUNICÍPIO DO PORTO**, pessoa coletiva de direito público n.º 501 306 099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delegado, na cidade do Porto, neste ato representado Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui de Carvalho de Araújo Moreira, doravante designado por **Município**,

E

Segundo Outorgante: **FREGUESIA DO BONFIM**, pessoa coletiva de direito público com sede no Campo 24 Agosto, 294, 4300-506 Porto, NIPC 507.262.921, representada neste ato pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, José Manuel da Fonseca Carvalho, doravante designado por **Freguesia**

#### **Cláusula Primeira**

##### **(Objeto)**

Através do presente contrato o Município do Porto delega na Freguesia do Bonfim a gestão da concessão dos apoios aos projetos selecionados pela Freguesia no âmbito do processo de Orçamento Colaborativo 2019/20.

**Cláusula Segunda**  
**(Obrigações do Município)**

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários ao exercício da competência delegada, nos termos das cláusulas seguintes;
- b) apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante.

**Cláusula Terceira**  
**(Obrigações da Freguesia)**

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

- a) exercer a competência delegada de modo eficiente e eficaz, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b) prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe peça sobre os atos praticados no exercício da competência delegada;
- c) dar conhecimento, no prazo máximo de 5 dias úteis, ao Primeiro Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a impedir a execução dos projetos a apoiar;
- d) remeter ao Primeiro Outorgante o relatório referido no número dois da cláusula sétima, no qual será prestada informação circunstanciada sobre o exercício da competência delegada.

**Cláusula Quarta**  
**(Gestão da concessão dos apoios)**

- 1. A delegação da competência objeto do presente contrato inclui a prática de todos os atos necessários à atribuição e gestão da concessão dos apoios.
- 2. Na atribuição e gestão da concessão dos apoios a Segunda Outorgante obriga-se a garantir o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente das normas constantes do artigo F/2-2.º do Código Regulamentar do Município do Porto.

**Cláusula Quinta**  
**(Recursos financeiros)**

- 1. Para efeitos da concretização da delegação de competências objeto do presente contrato, o Primeiro Outorgante transfere para a Segunda Outorgante, com a assinatura do presente contrato, recursos financeiros no valor global de 150.000,00€.
- 2. A Segunda Outorgante obriga-se a afetar a verba a transferir pelo Primeiro Outorgante exclusivamente ao exercício da competência objeto do presente contrato.
- 3. Em caso algum a participação financeira identificada no número 1 poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real dos projetos a apoiar, salvo se o presente contrato interadministrativo for objeto de alteração expressa;



4. Em caso algum, o Primeiro Outorgante compartilhará em indenizações ou outro qualquer tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo Segundo Outorgante ou pelas entidades a apoiar em virtude da concretização do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula Sexta**

##### **(Recursos humanos e materiais)**

O exercício da competência delegada ao abrigo do presente contrato não determina a transferência de recursos humanos ou materiais.

#### **Cláusula Sétima**

##### **(Acompanhamento)**

1. O acompanhamento do presente contrato é feito pelo Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, acompanhar a sua execução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante está obrigada, para efeitos de controlo da boa execução e cumprimento do presente contrato a apresentar ao Primeiro Outorgante, até ao final do mês de janeiro de 2021 um relatório de execução dos projetos apoiados que inclua a documentação justificativa da aplicação dos recursos atribuídos, através da apresentação de cópia das faturas ou outros documentos comprovativos de realização de despesas relacionadas com o projeto.
3. A Segunda Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspetivas.

#### **Cláusula Oitava**

##### **(Modificação)**

1. O contrato pode ser modificado quando se verifique a existência de uma alteração superveniente de circunstâncias que lesem o interesse prosseguido com a sua celebração
2. Qualquer modificação ao presente contrato carece de prévio acordo entre o Primeiro e Segundo Outorgantes, a celebrar por escrito, com a antecedência mínima de 30 dias.

#### **Cláusula Nona**

##### **(Período de vigência)**

O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até à conclusão dos projetos identificados na cláusula primeira.

#### **Cláusula Décima**

##### **(Cessação do contrato)**

1. O presente contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência.
3. Os contraentes públicos podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Os contraentes públicos podem suspender o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
5. A cessação ou a suspensão do presente contrato não poderão nunca pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Primeiro Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.
6. A cessação do contrato por incumprimento da Segunda Outorgante não lhe confere qualquer direito a indemnização e constitui-a nas seguintes obrigações:
  - a) proceder à devolução dos valores recebidos em execução do presente contrato que ainda não tenham sido aplicados;
  - b) proceder à reposição dos valores recebidos que tenham sido aplicados para outros fins que não no exercício das competências delegadas no âmbito do presente contrato.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Dúvidas interpretativas)**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pelo Primeiro Outorgante, ouvida a Segunda Outorgante.

**Cláusula Décima Segunda**  
**(Casos omissos)**

Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e demais legislação em vigor aplicável.

**Cláusula Décima Terceira**  
**(Legalidade da despesa)**

O valor referido na cláusula quinta tem os seguintes números de cabimento 63390 e de compromisso 71661.

**Cláusula Décima Quarta**  
**(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta designam, na presente data, os respetivos gestores do contrato: Vicente Maria Barbedo Marques Ferreira da Silva pela Câmara Municipal do Porto e \_\_\_\_ pela Freguesia do Bonfim.

Feito em duplicado no dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_ de 2020, sendo cada um dos exemplares entregue a cada uma das partes, depois de devidamente rubricado e assinado.

Pelo Primeiro Outorgante

Pela Segunda Outorgante

## ANEXO I

### PROJETOS APROVADOS\* NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

Freguesia do Bonfim – 1.988,00 €  
Carla Vieira – 2.500,00 €  
Lar Nª Senhora Livramento – 34.180,00 €  
ACAPO – 7.256,00 €  
Corpo Nacional de Escutas – 13.500,00 €  
Centro Caridade Nª. S.ª Perpétuo Socorro – 14.391,00 €  
Ass. Cultural Batucada Radical – 800,00 €  
ATNP (Assistência aos Tuberculosos Norte de Portugal) – 16 000,00 €  
Qualificar para Incluir – 24.556,21 €  
Casa Bô – 900,00 €  
Gabriel Soares – 2.500,00 €  
Gustavo Santos / Inês Cardoso – 9.995,00 €  
Rancho Folclórico do Porto – 9.581,70 €  
Sílvia Maria Freitas – 6.210,00 €  
IPSS - Senhor do Bonfim – 8.333,00 €

\* Nos termos do n.º 3 da cláusula 5ª, a Junta de Freguesia assume os encargos financeiros suplementares.



## **Contrato Interadministrativo**

### **Orçamento Colaborativo**

#### **Considerando que:**

1. O Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia participativa, através do qual se dá aos cidadãos a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo quais os projetos que desejam ver implementados;
2. A política pública municipal do executivo da Câmara Municipal do Porto entende a coesão social não apenas como uma prioridade estratégica mas igualmente como um imperativo moral;
3. É necessário instituir processos que estimulem a aproximação dos munícipes e fregueses aos seus representantes eleitos, promovendo um maior estreitamento entre ambos;
4. Este processo democrático deliberativo reforça a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais;
5. As Freguesias são, por força da sua proximidade, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as populações e, por isso mesmo, mais capacitadas para aferir junto destas quais as suas verdadeiras necessidades e as suas naturais aspirações;

#### **Mais considerando que,**

6. A sustentabilidade é um dos 4 vetores essenciais que orientam todo o programa do executivo municipal, transversal aos outros três (cultura, economia e coesão social) e com incidência em vários domínios;
7. Os desafios da sustentabilidade implicam um conjunto de políticas públicas que garantam que o desenvolvimento se concretiza de forma harmoniosa;
8. Um orçamento colaborativo pode introduzir mecanismos de incentivo e controlo da gestão pública, assim como da gestão de recursos humanos e financeiros, ao nível do cidadão;
9. É vontade do Município cooperar com as freguesias e com as comunidades locais na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nas suas diversas vertentes social, económica e ambiental;

10. Para tanto, o Executivo Municipal, na sua reunião de 22 de julho de 2019, aprovou as condições de atribuição de apoio a projetos selecionados pelas diferentes freguesias do Município, na sequência de dinâmicas participativas, aprovando a atribuição aos projetos selecionados nessas condições de um apoio de 150.000€ por cada freguesia;

11. Tendo em vista manter o princípio da proximidade e do apoio direto às comunidades locais que preside e fundamenta esta iniciativa desde a sua génese, o Município do Porto pretende agora delegar Junta de Freguesia de Campanhã a gestão da concessão dos apoios aos projetos por si selecionados;

12. Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, *"os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias"*;

Pelo exposto, nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, por remissão deste, dos artigos 120.º, 123.º n.º 3 e 131.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020, da Assembleia Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020 e da Assembleia da Freguesia de Campanhã de \_\_\_\_\_,

Entre:

Primeiro Outorgante: **MUNICÍPIO DO PORTO**, pessoa coletiva de direito público n.º 501 306 099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delegado, na cidade do Porto, neste ato representado Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui de Carvalho de Araújo Moreira, doravante designado por **Município**,

E

Segundo Outorgante: **FREGUESIA DE CAMPANHÃ**, pessoa coletiva de direito público com sede na Praça da Corujeira, N.º 202, 4300-144 Porto, NIPC 506824209, representada neste ato pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Ernesto Fortunato Neves Santos, doravante designado por **Freguesia**

#### **Cláusula Primeira**

##### **(Objeto)**

Através do presente contrato o Município do Porto delega na Freguesia de Campanhã a gestão da concessão dos apoios aos projetos selecionados pela Freguesia no âmbito do processo de Orçamento Colaborativo 2019/20.

**Cláusula Segunda**  
**(Obrigações do Município)**

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários ao exercício da competência delegada, nos termos das cláusulas seguintes;
- b) apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante.

**Cláusula Terceira**  
**(Obrigações da Freguesia)**

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

- a) exercer a competência delegada de modo eficiente e eficaz, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b) prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe peça sobre os atos praticados no exercício da competência delegada;
- c) dar conhecimento, no prazo máximo de 5 dias úteis, ao Primeiro Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a impedir a execução dos projetos a apoiar;
- d) remeter ao Primeiro Outorgante o relatório referido no número dois da cláusula sétima, no qual será prestada informação circunstanciada sobre o exercício da competência delegada.

**Cláusula Quarta**  
**(Gestão da concessão dos apoios)**

- 1. A delegação da competência objeto do presente contrato inclui a prática de todos os atos necessários à atribuição e gestão da concessão dos apoios.
- 2. Na atribuição e gestão da concessão dos apoios a Segunda Outorgante obriga-se a garantir o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente das normas constantes do artigo F/2-2.º do Código Regulamentar do Município do Porto.

**Cláusula Quinta**  
**(Recursos financeiros)**

- 1. Para efeitos da concretização da delegação de competências objeto do presente contrato, o Primeiro Outorgante transfere para a Segunda Outorgante, com a assinatura do presente contrato, recursos financeiros no valor global de 150.000,00€.
- 2. A Segunda Outorgante obriga-se a afetar a verba a transferir pelo Primeiro Outorgante exclusivamente ao exercício da competência objeto do presente contrato.
- 3. Em caso algum a comparticipação financeira identificada no número 1 poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real dos projetos a apoiar, salvo se o presente contrato interadministrativo for objeto de alteração expressa;



4. Em caso algum, o Primeiro Outorgante compartilhará em indenizações ou outro qualquer tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo Segundo Outorgante ou pelas entidades a apoiar em virtude da concretização do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula Sexta**

##### **(Recursos humanos e materiais)**

O exercício da competência delegada ao abrigo do presente contrato não determina a transferência de recursos humanos ou materiais.

#### **Cláusula Sétima**

##### **(Acompanhamento)**

1. O acompanhamento do presente contrato é feito pelo Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, acompanhar a sua execução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante está obrigada, para efeitos de controlo da boa execução e cumprimento do presente contrato a apresentar ao Primeiro Outorgante, até ao final do mês de janeiro de 2021 um relatório de execução dos projetos apoiados que inclua a documentação justificativa da aplicação dos recursos atribuídos, através da apresentação de cópia das faturas ou outros documentos comprovativos de realização de despesas relacionadas com o projeto.
3. A Segunda Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspetivas.

#### **Cláusula Oitava**

##### **(Modificação)**

1. O contrato pode ser modificado quando se verifique a existência de uma alteração superveniente de circunstâncias que lesem o interesse prosseguido com a sua celebração
2. Qualquer modificação ao presente contrato carece de prévio acordo entre o Primeiro e Segundo Outorgantes, a celebrar por escrito, com a antecedência mínima de 30 dias.

#### **Cláusula Nona**

##### **(Período de vigência)**

O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até à conclusão dos projetos identificados na cláusula primeira.

#### **Cláusula Décima**

##### **(Cessação do contrato)**

1. O presente contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.



2. O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência.
3. Os contraentes públicos podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Os contraentes públicos podem suspender o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
5. A cessação ou a suspensão do presente contrato não poderão nunca pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Primeiro Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.
6. A cessação do contrato por incumprimento da Segunda Outorgante não lhe confere qualquer direito a indemnização e constitui-a nas seguintes obrigações:
  - a) proceder à devolução dos valores recebidos em execução do presente contrato que ainda não tenham sido aplicados;
  - b) proceder à reposição dos valores recebidos que tenham sido aplicados para outros fins que não no exercício das competências delegadas no âmbito do presente contrato.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Dúvidas interpretativas)**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pelo Primeiro Outorgante, ouvida a Segunda Outorgante.

**Cláusula Décima Segunda**  
**(Casos omissos)**

Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e demais legislação em vigor aplicável.

**Cláusula Décima Terceira**  
**(Legalidade da despesa)**

O valor referido na cláusula quinta tem os seguintes números de cabimento 63390 e de compromisso 71660.

**Cláusula Décima Quarta**  
**(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta designam, na presente data, os respetivos gestores do contrato: Vicente Maria Barbedo Marques Ferreira da Silva pela Câmara Municipal do Porto e \_\_\_\_ pela Freguesia de Campanhã.

Feito em duplicado no dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_ de 2020, sendo cada um dos exemplares entregue a cada uma das partes, depois de devidamente rubricado e assinado.

Pelo Primeiro Outorgante

Pela Segunda Outorgante

## ANEXO I

### PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

Agrupamento Escolas do Cerco – 15.000,00 €  
Centro Social e Paroquial da Senhora do Calvário – 14.712,00 €  
Fábrica da Igreja da Senhora do Calvário – 14.926,00 €  
Associação TODOS – 6.207,00 €  
Associação Estúdio Dança New Project – 15.000,00 €  
APPC- Associação de Paralisia Cerebral – 15.000,00 €  
APD- Associação Portuguesa de Deficientes – 5.079,00 €  
Iniciação Desportiva de S. Roque – 5.703,00 €  
AEDS – Associação de Ed. e Desenvolvimento Social – 15.000,00 €  
Associação CAOS – 15.000,00 €  
A Benéfica e Providente – 15.000,00 €  
Grupo Dramático Monte Aventino – 13.373,00 €

## **Contrato Interadministrativo**

### **Orçamento Colaborativo**

#### **Considerando que:**

1. O Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia participativa, através do qual se dá aos cidadãos a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo quais os projetos que desejam ver implementados;
2. A política pública municipal do executivo da Câmara Municipal do Porto entende a coesão social não apenas como uma prioridade estratégica mas igualmente como um imperativo moral;
3. É necessário instituir processos que estimulem a aproximação dos munícipes e fregueses aos seus representantes eleitos, promovendo um maior estreitamento entre ambos;
4. Este processo democrático deliberativo reforça a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais;
5. As Freguesias são, por força da sua proximidade, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as populações e, por isso mesmo, mais capacitadas para aferir junto destas quais as suas verdadeiras necessidades e as suas naturais aspirações;

#### **Mais considerando que,**

6. A sustentabilidade é um dos 4 vetores essenciais que orientam todo o programa do executivo municipal, transversal aos outros três (cultura, economia e coesão social) e com incidência em vários domínios;
7. Os desafios da sustentabilidade implicam um conjunto de políticas públicas que garantam que o desenvolvimento se concretiza de forma harmoniosa;
8. Um orçamento colaborativo pode introduzir mecanismos de incentivo e controlo da gestão pública, assim como da gestão de recursos humanos e financeiros, ao nível do cidadão;
9. É vontade do Município cooperar com as freguesias e com as comunidades locais na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nas suas diversas vertentes social, económica e ambiental;



10. Para tanto, o Executivo Municipal, na sua reunião de 22 de julho de 2019, aprovou as condições de atribuição de apoio a projetos selecionados pelas diferentes freguesias do Município, na sequência de dinâmicas participativas, aprovando a atribuição aos projetos selecionados nessas condições de um apoio de 150.000€ por cada freguesia;

11. Tendo em vista manter o princípio da proximidade e do apoio direto às comunidades locais que preside e fundamenta esta iniciativa desde a sua génese, o Município do Porto pretende agora delegar na Junta de Freguesia de Paranhos a gestão da concessão dos apoios aos projetos por si selecionados;

12. Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, "*os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias*";

Pelo exposto, nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, por remissão deste, dos artigos 120.º, 123.º n.º 3 e 131.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020, da Assembleia Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020 e da Assembleia da Freguesia de Paranhos de \_\_\_\_\_,

Entre:

Primeiro Outorgante: **MUNICÍPIO DO PORTO**, pessoa coletiva de direito público n.º 501 306 099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delegado, na cidade do Porto, neste ato representado Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui de Carvalho de Araújo Moreira, doravante designado por **Município**,

E

Segundo Outorgante: **A FREGUESIA DE PARANHOS**, pessoa coletiva de direito público com sede na Rua Álvaro Castelões, N.º 811, 4200-047 Porto, NIPC 507 837 584, representada neste ato pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Alberto Amaro Guedes Machado, doravante designado por **Freguesia**

#### **Cláusula Primeira** **(Objeto)**

Através do presente contrato o Município do Porto delega na Freguesia de Paranhos a gestão da concessão dos apoios aos projetos selecionados pela Freguesia no âmbito do processo de Orçamento Colaborativo 2019/20.

**Cláusula Segunda**  
**(Obrigações do Município)**

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários ao exercício da competência delegada, nos termos das cláusulas seguintes;
- b) apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante.

**Cláusula Terceira**  
**(Obrigações da Freguesia)**

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

- a) exercer a competência delegada de modo eficiente e eficaz, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b) prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe peça sobre os atos praticados no exercício da competência delegada;
- c) dar conhecimento, no prazo máximo de 5 dias úteis, ao Primeiro Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a impedir a execução dos projetos a apoiar;
- d) remeter ao Primeiro Outorgante o relatório referido no número dois da cláusula sétima, no qual será prestada informação circunstanciada sobre o exercício da competência delegada.

**Cláusula Quarta**  
**(Gestão da concessão dos apoios)**

- 1. A delegação da competência objeto do presente contrato inclui a prática de todos os atos necessários à atribuição e gestão da concessão dos apoios.
- 2. Na atribuição e gestão da concessão dos apoios a Segunda Outorgante obriga-se a garantir o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente das normas constantes do artigo F/2-2.º do Código Regulamentar do Município do Porto.

**Cláusula Quinta**  
**(Recursos financeiros)**

- 1. Para efeitos da concretização da delegação de competências objeto do presente contrato, o Primeiro Outorgante transfere para a Segunda Outorgante, com a assinatura do presente contrato, recursos financeiros no valor global de 150.000,00€.
- 2. A Segunda Outorgante obriga-se a afetar a verba a transferir pelo Primeiro Outorgante exclusivamente ao exercício da competência objeto do presente contrato.
- 3. Em caso algum a participação financeira identificada no número 1 poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real dos projetos a apoiar, salvo se o presente contrato interadministrativo for objeto de alteração expressa;

4. Em caso algum, o Primeiro Outorgante compartilhará em indenizações ou outro qualquer tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo Segundo Outorgante ou pelas entidades a apoiar em virtude da concretização do objeto do presente contrato.

**Cláusula Sexta**  
**(Recursos humanos e materiais)**

O exercício da competência delegada ao abrigo do presente contrato não determina a transferência de recursos humanos ou materiais.

**Cláusula Sétima**  
**(Acompanhamento)**

1. O acompanhamento do presente contrato é feito pelo Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, acompanhar a sua execução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante está obrigada, para efeitos de controlo da boa execução e cumprimento do presente contrato a apresentar ao Primeiro Outorgante, até ao final do mês de janeiro de 2021 um relatório de execução dos projetos apoiados que inclua a documentação justificativa da aplicação dos recursos atribuídos, através da apresentação de cópia das faturas ou outros documentos comprovativos de realização de despesas relacionadas com o projeto.
3. A Segunda Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspetivas.

**Cláusula Oitava**  
**(Modificação)**

1. O contrato pode ser modificado quando se verifique a existência de uma alteração superveniente de circunstâncias que lesem o interesse prosseguido com a sua celebração
2. Qualquer modificação ao presente contrato carece de prévio acordo entre o Primeiro e Segundo Outorgantes, a celebrar por escrito, com a antecedência mínima de 30 dias.

**Cláusula Nona**  
**(Período de vigência)**

O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até à conclusão dos projetos identificados na cláusula primeira.

**Cláusula Décima**  
**(Cessação do contrato)**

1. O presente contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.



2. O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência.
3. Os contraentes públicos podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Os contraentes públicos podem suspender o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
5. A cessação ou a suspensão do presente contrato não poderão nunca pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Primeiro Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.
6. A cessação do contrato por incumprimento da Segunda Outorgante não lhe confere qualquer direito a indemnização e constitui-a nas seguintes obrigações:
  - a) proceder à devolução dos valores recebidos em execução do presente contrato que ainda não tenham sido aplicados;
  - b) proceder à reposição dos valores recebidos que tenham sido aplicados para outros fins que não no exercício das competências delegadas no âmbito do presente contrato.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Dúvidas interpretativas)**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pelo Primeiro Outorgante, ouvida a Segunda Outorgante.

**Cláusula Décima Segunda**  
**(Casos omissos)**

Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e demais legislação em vigor aplicável.

**Cláusula Décima Terceira**  
**(Legalidade da despesa)**

O valor referido na cláusula quinta tem os seguintes números de cabimento 63390 e de compromisso 71662.

**Cláusula Décima Quarta**  
**(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta designam, na presente data, os respetivos gestores do contrato: Vicente Maria Barbedo Marques Ferreira da Silva pela Câmara Municipal do Porto e \_\_\_\_ pela Freguesia de Paranhos.

Feito em duplicado no dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_ de 2020, sendo cada um dos exemplares entregue a cada uma das partes, depois de devidamente rubricado e assinado.



Pelo Primeiro Outorgante

Pela Segunda Outorgante

## ANEXO I

### PROJETO APROVADO NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

Freguesia de Paranhos (capelas mortuárias) – 150.000,00 €

## **Contrato Interadministrativo**

### **Orçamento Colaborativo**

#### **Considerando que:**

1. O Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia participativa, através do qual se dá aos cidadãos a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo quais os projetos que desejam ver implementados;
2. A política pública municipal do executivo da Câmara Municipal do Porto entende a coesão social não apenas como uma prioridade estratégica mas igualmente como um imperativo moral;
3. É necessário instituir processos que estimulem a aproximação dos munícipes e fregueses aos seus representantes eleitos, promovendo um maior estreitamento entre ambos;
4. Este processo democrático deliberativo reforça a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais;
5. As Freguesias são, por força da sua proximidade, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as populações e, por isso mesmo, mais capacitadas para aferir junto destas quais as suas verdadeiras necessidades e as suas naturais aspirações;

#### **Mais considerando que,**

6. A sustentabilidade é um dos 4 vetores essenciais que orientam todo o programa do executivo municipal, transversal aos outros três (cultura, economia e coesão social) e com incidência em vários domínios;
7. Os desafios da sustentabilidade implicam um conjunto de políticas públicas que garantam que o desenvolvimento se concretiza de forma harmoniosa;
8. Um orçamento colaborativo pode introduzir mecanismos de incentivo e controlo da gestão pública, assim como da gestão de recursos humanos e financeiros, ao nível do cidadão;
9. É vontade do Município cooperar com as freguesias e com as comunidades locais na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nas suas diversas vertentes social, económica e ambiental;

10. Para tanto, o Executivo Municipal, na sua reunião de 22 de julho de 2019, aprovou as condições de atribuição de apoio a projetos selecionados pelas diferentes freguesias do Município, na sequência de dinâmicas participativas, aprovando a atribuição aos projetos selecionados nessas condições de um apoio de 150.000€ por cada freguesia;

11. Tendo em vista manter o princípio da proximidade e do apoio direto às comunidades locais que preside e fundamenta esta iniciativa desde a sua génese, o Município do Porto pretende agora delegar na Junta de Freguesia de Ramalde a gestão da concessão dos apoios aos projetos por si selecionados;

12. Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, *“os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias”*;

Pelo exposto, nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, por remissão deste, dos artigos 120.º, 123.º n.º 3 e 131.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020, da Assembleia Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020 e da Assembleia da Freguesia de Ramalde de \_\_\_\_\_.

Entre:

Primeiro Outorgante: **MUNICÍPIO DO PORTO**, pessoa coletiva de direito público n.º 501 306 099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delegado, na cidade do Porto, neste ato representado Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui de Carvalho de Araújo Moreira, doravante designado por **Município**,

E

Segundo Outorgante: **FREGUESIA DE RAMALDE**, pessoa coletiva de direito público com sede na Rua da Igreja de Ramalde, N.º 76/92, 4100-280 Porto, NIPC 506 782 832, representada neste ato pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, António Castanheira Gouveia, doravante designado por **Freguesia**

#### **Cláusula Primeira** **(Objeto)**

Através do presente contrato o Município do Porto delega na Freguesia de Ramalde a gestão da concessão dos apoios aos projetos selecionados pela Freguesia no âmbito do processo de Orçamento Colaborativo 2019/20.



**Cláusula Segunda**  
**(Obrigações do Município)**

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários ao exercício da competência delegada, nos termos das cláusulas seguintes;
- b) apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante.

**Cláusula Terceira**  
**(Obrigações da Freguesia)**

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

- a) exercer a competência delegada de modo eficiente e eficaz, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b) prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe peça sobre os atos praticados no exercício da competência delegada;
- c) dar conhecimento, no prazo máximo de 5 dias úteis, ao Primeiro Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a impedir a execução dos projetos a apoiar;
- d) remeter ao Primeiro Outorgante o relatório referido no número dois da cláusula sétima, no qual será prestada informação circunstanciada sobre o exercício da competência delegada.

**Cláusula Quarta**  
**(Gestão da concessão dos apoios)**

- 1. A delegação da competência objeto do presente contrato inclui a prática de todos os atos necessários à atribuição e gestão da concessão dos apoios.
- 2. Na atribuição e gestão da concessão dos apoios a Segunda Outorgante obriga-se a garantir o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente das normas constantes do artigo F/2-2.º do Código Regulamentar do Município do Porto.

**Cláusula Quinta**  
**(Recursos financeiros)**

- 1. Para efeitos da concretização da delegação de competências objeto do presente contrato, o Primeiro Outorgante transfere para a Segunda Outorgante, com a assinatura do presente contrato, recursos financeiros no valor global de 150.000,00€.
- 2. A Segunda Outorgante obriga-se a afetar a verba a transferir pelo Primeiro Outorgante exclusivamente ao exercício da competência objeto do presente contrato.
- 3. Em caso algum a participação financeira identificada no número 1 poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real dos projetos a apoiar, salvo se o presente contrato interadministrativo for objeto de alteração expressa;

4. Em caso algum, o Primeiro Outorgante compartilhará em indenizações ou outro qualquer tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo Segundo Outorgante ou pelas entidades a apoiar em virtude da concretização do objeto do presente contrato.

**Cláusula Sexta**  
**(Recursos humanos e materiais)**

O exercício da competência delegada ao abrigo do presente contrato não determina a transferência de recursos humanos ou materiais.

**Cláusula Sétima**  
**(Acompanhamento)**

1. O acompanhamento do presente contrato é feito pelo Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, acompanhar a sua execução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante está obrigada, para efeitos de controlo da boa execução e cumprimento do presente contrato a apresentar ao Primeiro Outorgante, até ao final do mês de janeiro de 2021 um relatório de execução dos projetos apoiados que inclua a documentação justificativa da aplicação dos recursos atribuídos, através da apresentação de cópia das faturas ou outros documentos comprovativos de realização de despesas relacionadas com o projeto.
3. A Segunda Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspetivas.

**Cláusula Oitava**  
**(Modificação)**

1. O contrato pode ser modificado quando se verifique a existência de uma alteração superveniente de circunstâncias que lesem o interesse prosseguido com a sua celebração
2. Qualquer modificação ao presente contrato carece de prévio acordo entre o Primeiro e Segundo Outorgantes, a celebrar por escrito, com a antecedência mínima de 30 dias.

**Cláusula Nona**  
**(Período de vigência)**

O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até à conclusão dos projetos identificados na cláusula primeira.

**Cláusula Décima**  
**(Cessação do contrato)**

1. O presente contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência.
3. Os contraentes públicos podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Os contraentes públicos podem suspender o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
5. A cessação ou a suspensão do presente contrato não poderão nunca pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Primeiro Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.
6. A cessação do contrato por incumprimento da Segunda Outorgante não lhe confere qualquer direito a indemnização e constitui-a nas seguintes obrigações:
  - a) proceder à devolução dos valores recebidos em execução do presente contrato que ainda não tenham sido aplicados;
  - b) proceder à reposição dos valores recebidos que tenham sido aplicados para outros fins que não no exercício das competências delegadas no âmbito do presente contrato.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Dúvidas interpretativas)**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pelo Primeiro Outorgante, ouvida a Segunda Outorgante.

**Cláusula Décima Segunda**  
**(Casos omissos)**

Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e demais legislação em vigor aplicável.

**Cláusula Décima Terceira**  
**(Legalidade da despesa)**

O valor referido na cláusula quinta tem os seguintes números de cabimento 63390 e de compromisso 71663.

**Cláusula Décima Quarta**  
**(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta designam, na presente data, os respetivos gestores do contrato: Vicente Maria Barbedo Marques Ferreira da Silva pela Câmara Municipal do Porto e \_\_\_\_ pela Freguesia de Ramalde.

Feito em duplicado no dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_ de 2020, sendo cada um dos exemplares entregue a cada uma das partes, depois de devidamente rubricado e assinado.

Pelo Primeiro Outorgante

Pela Segunda Outorgante



## ANEXO I

### PROJETOS APROVADOS\* NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

Agrupamento de escolas Fontes Pereira de Melo – 7.694,30 €  
Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde – 35.000,00 €  
Ass. Rec. Cultural Grupo Dramático 26 de janeiro – 749,79 €  
Exército de Salvação – 29.852,52 €  
Grupo Desportivo Cultural Sto. Eugénio – 35.000,00 €  
Grupo Desportivo do Viso – 34.898,18 €  
Junta de Freguesia de Ramalde – 20.000,00 €

\* Nos termos do n.º 3 da cláusula 5ª, a Junta de Freguesia assume os encargos financeiros suplementares.

## **Contrato Interadministrativo**

### **Orçamento Colaborativo**

#### **Considerando que:**

1. O Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia participativa, através do qual se dá aos cidadãos a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo quais os projetos que desejam ver implementados;
2. A política pública municipal do executivo da Câmara Municipal do Porto entende a coesão social não apenas como uma prioridade estratégica mas igualmente como um imperativo moral;
3. É necessário instituir processos que estimulem a aproximação dos munícipes e fregueses aos seus representantes eleitos, promovendo um maior estreitamento entre ambos;
4. Este processo democrático deliberativo reforça a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais;
5. As Freguesias são, por força da sua proximidade, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as populações e, por isso mesmo, mais capacitadas para aferir junto destas quais as suas verdadeiras necessidades e as suas naturais aspirações;

#### **Mais considerando que,**

6. A sustentabilidade é um dos 4 vetores essenciais que orientam todo o programa do executivo municipal, transversal aos outros três (cultura, economia e coesão social) e com incidência em vários domínios;
7. Os desafios da sustentabilidade implicam um conjunto de políticas públicas que garantam que o desenvolvimento se concretiza de forma harmoniosa;
8. Um orçamento colaborativo pode introduzir mecanismos de incentivo e controlo da gestão pública, assim como da gestão de recursos humanos e financeiros, ao nível do cidadão;
9. É vontade do Município cooperar com as freguesias e com as comunidades locais na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nas suas diversas vertentes social, económica e ambiental;

10. Para tanto, o Executivo Municipal, na sua reunião de 22 de julho de 2019, aprovou as condições de atribuição de apoio a projetos selecionados pelas diferentes freguesias do Município, na sequência de dinâmicas participativas, aprovando a atribuição aos projetos selecionados nessas condições de um apoio de 150.000€ por cada freguesia;

11. Tendo em vista manter o princípio da proximidade e do apoio direto às comunidades locais que preside e fundamenta esta iniciativa desde a sua génese, o Município do Porto pretende agora delegar na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde a gestão da concessão dos apoios aos projetos por si selecionados;

12. Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, "os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias";

Pelo exposto, nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, por remissão deste, dos artigos 120.º, 123.º n.º 3 e 131.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020, da Assembleia Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020 e da Assembleia da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde de \_\_\_\_\_,

Entre:

Primeiro Outorgante: **MUNICÍPIO DO PORTO**, pessoa coletiva de direito público n.º 501 306 099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delegado, na cidade do Porto, neste ato representado Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui de Carvalho de Araújo Moreira, doravante designado por **Município**,

E

Segundo Outorgante: **A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALDOAR, FOZ DO DOURO E NEVOGILDE**, pessoa coletiva de direito público com sede na Rua da Vilarinha, n.º 1090, 4100-513 Porto, NIPC 510 834 108, representada neste ato pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira, doravante designado por **Freguesia**

#### **Cláusula Primeira**

##### **(Objeto)**

Através do presente contrato o Município do Porto delega na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde a gestão da concessão dos apoios aos projetos selecionados pela Freguesia no âmbito do processo de Orçamento Colaborativo 2019/20.

**Cláusula Segunda**  
**(Obrigações do Município)**

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários ao exercício da competência delegada, nos termos das cláusulas seguintes;
- b) apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante.

**Cláusula Terceira**  
**(Obrigações da Freguesia)**

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

- a) exercer a competência delegada de modo eficiente e eficaz, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b) prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe peça sobre os atos praticados no exercício da competência delegada;
- c) dar conhecimento, no prazo máximo de 5 dias úteis, ao Primeiro Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a impedir a execução dos projetos a apoiar;
- d) remeter ao Primeiro Outorgante o relatório referido no número dois da cláusula sétima, no qual será prestada informação circunstanciada sobre o exercício da competência delegada.

**Cláusula Quarta**  
**(Gestão da concessão dos apoios)**

- 1. A delegação da competência objeto do presente contrato inclui a prática de todos os atos necessários à atribuição e gestão da concessão dos apoios.
- 2. Na atribuição e gestão da concessão dos apoios a Segunda Outorgante obriga-se a garantir o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente das normas constantes do artigo F/2-2.º do Código Regulamentar do Município do Porto.

**Cláusula Quinta**  
**(Recursos financeiros)**

- 1. Para efeitos da concretização da delegação de competências objeto do presente contrato, o Primeiro Outorgante transfere para a Segunda Outorgante, com a assinatura do presente contrato, recursos financeiros no valor global de 150.000,00€.
- 2. A Segunda Outorgante obriga-se a afetar a verba a transferir pelo Primeiro Outorgante exclusivamente ao exercício da competência objeto do presente contrato.
- 3. Em caso algum a participação financeira identificada no número 1 poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real dos projetos a apoiar, salvo se o presente contrato interadministrativo for objeto de alteração expressa;



4. Em caso algum, o Primeiro Outorgante compartilhará em indenizações ou outro qualquer tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo Segundo Outorgante ou pelas entidades a apoiar em virtude da concretização do objeto do presente contrato.

**Cláusula Sexta**  
**(Recursos humanos e materiais)**

O exercício da competência delegada ao abrigo do presente contrato não determina a transferência de recursos humanos ou materiais.

**Cláusula Sétima**  
**(Acompanhamento)**

1. O acompanhamento do presente contrato é feito pelo Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, acompanhar a sua execução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante está obrigada, para efeitos de controlo da boa execução e cumprimento do presente contrato a apresentar ao Primeiro Outorgante, até ao final do mês de janeiro de 2021 um relatório de execução dos projetos apoiados que inclua a documentação justificativa da aplicação dos recursos atribuídos, através da apresentação de cópia das faturas ou outros documentos comprovativos de realização de despesas relacionadas com o projeto.
3. A Segunda Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspetivas.

**Cláusula Oitava**  
**(Modificação)**

1. O contrato pode ser modificado quando se verifique a existência de uma alteração superveniente de circunstâncias que lesem o interesse prosseguido com a sua celebração
2. Qualquer modificação ao presente contrato carece de prévio acordo entre o Primeiro e Segundo Outorgantes, a celebrar por escrito, com a antecedência mínima de 30 dias.

**Cláusula Nona**  
**(Período de vigência)**

O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até à conclusão dos projetos identificados na cláusula primeira.

**Cláusula Décima**  
**(Cessação do contrato)**

1. O presente contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência.
3. Os contraentes públicos podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Os contraentes públicos podem suspender o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
5. A cessação ou a suspensão do presente contrato não poderão nunca pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Primeiro Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.
6. A cessação do contrato por incumprimento da Segunda Outorgante não lhe confere qualquer direito a indemnização e constitui-a nas seguintes obrigações:
  - a) proceder à devolução dos valores recebidos em execução do presente contrato que ainda não tenham sido aplicados;
  - b) proceder à reposição dos valores recebidos que tenham sido aplicados para outros fins que não no exercício das competências delegadas no âmbito do presente contrato.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Dúvidas interpretativas)**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pelo Primeiro Outorgante, ouvida a Segunda Outorgante.

**Cláusula Décima Segunda**  
**(Casos omissos)**

Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e demais legislação em vigor aplicável.

**Cláusula Décima Terceira**  
**(Legalidade da despesa)**

O valor referido na cláusula quinta tem os seguintes números de cabimento 63390 e de compromisso 71666.

**Cláusula Décima Quarta**  
**(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta designam, na presente data, os respetivos gestores do contrato: Vicente Maria Barbedo Marques Ferreira da Silva pela Câmara Municipal do Porto e \_\_\_\_ pela União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.

Feito em duplicado no dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_ de 2020, sendo cada um dos exemplares entregue a cada uma das partes, depois de devidamente rubricado e assinado.

Pelo Primeiro Outorgante

Pela Segunda Outorgante

## ANEXO I

### PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

Academia Cultural e Artística de Aldoar – 16.022,00 €

APPACDM – 41.942,50 €

Movimento Apoio Diminuído Intelectual – 17.921,00 €

UFAFN – 75.000,00 €



## **Contrato Interadministrativo**

### **Orçamento Colaborativo**

#### **Considerando que:**

1. O Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia participativa, através do qual se dá aos cidadãos a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo quais os projetos que desejam ver implementados;
2. A política pública municipal do executivo da Câmara Municipal do Porto entende a coesão social não apenas como uma prioridade estratégica mas igualmente como um imperativo moral;
3. É necessário instituir processos que estimulem a aproximação dos munícipes e fregueses aos seus representantes eleitos, promovendo um maior estreitamento entre ambos;
4. Este processo democrático deliberativo reforça a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais;
5. As Freguesias são, por força da sua proximidade, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as populações e, por isso mesmo, mais capacitadas para aferir junto destas quais as suas verdadeiras necessidades e as suas naturais aspirações;

#### **Mais considerando que,**

6. A sustentabilidade é um dos 4 vetores essenciais que orientam todo o programa do executivo municipal, transversal aos outros três (cultura, economia e coesão social) e com incidência em vários domínios;
7. Os desafios da sustentabilidade implicam um conjunto de políticas públicas que garantam que o desenvolvimento se concretiza de forma harmoniosa;
8. Um orçamento colaborativo pode introduzir mecanismos de incentivo e controlo da gestão pública, assim como da gestão de recursos humanos e financeiros, ao nível do cidadão;
9. É vontade do Município cooperar com as freguesias e com as comunidades locais na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nas suas diversas vertentes social, económica e ambiental;

10. Para tanto, o Executivo Municipal, na sua reunião de 22 de julho de 2019, aprovou as condições de atribuição de apoio a projetos selecionados pelas diferentes freguesias do Município, na sequência de dinâmicas participativas, aprovando a atribuição aos projetos selecionados nessas condições de um apoio de 150.000€ por cada freguesia;

11. Tendo em vista manter o princípio da proximidade e do apoio direto às comunidades locais que preside e fundamenta esta iniciativa desde a sua génese, o Município do Porto pretende agora delegar na União das Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória a gestão da concessão dos apoios aos projetos por si selecionados;

12. Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, "os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias";

Pelo exposto, nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, por remissão deste, dos artigos 120.º, 123.º n.º 3 e 131.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020, da Assembleia Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020 e da Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória de \_\_\_\_\_,

Entre:

Primeiro Outorgante: **MUNICÍPIO DO PORTO**, pessoa coletiva de direito público n.º 501 306 099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delegado, na cidade do Porto, neste ato representado Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui de Carvalho de Araújo Moreira, doravante designado por **Município**,

E

Segundo Outorgante: **A UNIÃO DE FREGUESIAS DE CEDOFEITA, STO. ILDEFONSO, SÉ, MIRAGAIA, S. NICOLAU E VITÓRIA**, pessoa coletiva de direito público com sede na Praça Pedro Nunes, n.º 16, 4056-466 Porto, NIPC 510 835 929, representada neste ato pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, António José Gonçalves Fonseca, doravante designado por **Freguesia**

#### **Cláusula Primeira**

##### **(Objeto)**

Através do presente contrato o Município do Porto delega na União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória a gestão da concessão dos apoios aos

projetos selecionados pela Freguesia no âmbito do processo de Orçamento Colaborativo 2019/20.

**Cláusula Segunda**  
**(Obrigações do Município)**

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários ao exercício da competência delegada, nos termos das cláusulas seguintes;
- b) apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante.

**Cláusula Terceira**  
**(Obrigações da Freguesia)**

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

- a) exercer a competência delegada de modo eficiente e eficaz, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b) prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe peça sobre os atos praticados no exercício da competência delegada;
- c) dar conhecimento, no prazo máximo de 5 dias úteis, ao Primeiro Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a impedir a execução dos projetos a apoiar;
- d) remeter ao Primeiro Outorgante o relatório referido no número dois da cláusula sétima, no qual será prestada informação circunstanciada sobre o exercício da competência delegada.

**Cláusula Quarta**  
**(Gestão da concessão dos apoios)**

- 1. A delegação da competência objeto do presente contrato inclui a prática de todos os atos necessários à atribuição e gestão da concessão dos apoios.
- 2. Na atribuição e gestão da concessão dos apoios a Segunda Outorgante obriga-se a garantir o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente das normas constantes do artigo F/2-2.º do Código Regulamentar do Município do Porto.

**Cláusula Quinta**  
**(Recursos financeiros)**

- 1. Para efeitos da concretização da delegação de competências objeto do presente contrato, o Primeiro Outorgante transfere para a Segunda Outorgante, com a assinatura do presente contrato, recursos financeiros no valor global de 150.000,00€.
- 2. A Segunda Outorgante obriga-se a afetar a verba a transferir pelo Primeiro Outorgante exclusivamente ao exercício da competência objeto do presente contrato.
- 3. Em caso algum a comparticipação financeira identificada no número 1 poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real dos projetos a apoiar, salvo se o presente contrato interadministrativo for objeto de alteração expressa;



4. Em caso algum, o Primeiro Outorgante compartilhará em indenizações ou outro qualquer tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo Segundo Outorgante ou pelas entidades a apoiar em virtude da concretização do objeto do presente contrato.

**Cláusula Sexta**  
**(Recursos humanos e materiais)**

O exercício da competência delegada ao abrigo do presente contrato não determina a transferência de recursos humanos ou materiais.

**Cláusula Sétima**  
**(Acompanhamento)**

1. O acompanhamento do presente contrato é feito pelo Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, acompanhar a sua execução.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante está obrigada, para efeitos de controlo da boa execução e cumprimento do presente contrato a apresentar ao Primeiro Outorgante, até ao final do mês de janeiro de 2021 um relatório de execução dos projetos apoiados que inclua a documentação justificativa da aplicação dos recursos atribuídos, através da apresentação de cópia das faturas ou outros documentos comprovativos de realização de despesas relacionadas com o projeto.

3. A Segunda Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspetivas.

**Cláusula Oitava**  
**(Modificação)**

1. O contrato pode ser modificado quando se verifique a existência de uma alteração superveniente de circunstâncias que lesem o interesse prosseguido com a sua celebração

2. Qualquer modificação ao presente contrato carece de prévio acordo entre o Primeiro e Segundo Outorgantes, a celebrar por escrito, com a antecedência mínima de 30 dias.

**Cláusula Nona**  
**(Período de vigência)**

O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até à conclusão dos projetos identificados na cláusula primeira.

**Cláusula Décima**  
**(Cessação do contrato)**

1. O presente contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.



2. O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência.
3. Os contraentes públicos podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Os contraentes públicos podem suspender o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
5. A cessação ou a suspensão do presente contrato não poderão nunca pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Primeiro Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.
6. A cessação do contrato por incumprimento da Segunda Outorgante não lhe confere qualquer direito a indemnização e constitui-a nas seguintes obrigações:
  - a) proceder à devolução dos valores recebidos em execução do presente contrato que ainda não tenham sido aplicados;
  - b) proceder à reposição dos valores recebidos que tenham sido aplicados para outros fins que não no exercício das competências delegadas no âmbito do presente contrato.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Dúvidas interpretativas)**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pelo Primeiro Outorgante, ouvida a Segunda Outorgante.

**Cláusula Décima Segunda**  
**(Casos omissos)**

Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e demais legislação em vigor aplicável.

**Cláusula Décima Terceira**  
**(Legalidade da despesa)**

O valor referido na cláusula quinta tem os seguintes números de cabimento 63390 e de compromisso 71664.

**Cláusula Décima Quarta**  
**(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta designam, na presente data, os respetivos gestores do contrato: Vicente Maria Barbedo Marques Ferreira da Silva pela Câmara Municipal do Porto e \_\_\_\_ pela União de Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Feito em duplicado no dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_ de 2020, sendo cada um dos exemplares entregue a cada uma das partes, depois de devidamente rubricado e assinado.

Pelo Primeiro Outorgante

Pela Segunda Outorgante

## ANEXO I

### PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

UFCHP Ascensor no edifício de S. Nicolau – 24.477,00 €

UFCHP Frota de viaturas elétricas:

- Smart EQ – 21.312,90 €
- Nissam Leaf – 32.081,47 €

UFCHP Carrinha de 7 lugares elétrica – 43.154,60 €

UFCHP Braceletes Click2Care – 22.755,00 €

**Contrato Interadministrativo**  
**Orçamento Colaborativo**

**Considerando que:**

1. O Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia participativa, através do qual se dá aos cidadãos a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo quais os projetos que desejam ver implementados;
2. A política pública municipal do executivo da Câmara Municipal do Porto entende a coesão social não apenas como uma prioridade estratégica mas igualmente como um imperativo moral;
3. É necessário instituir processos que estimulem a aproximação dos munícipes e fregueses aos seus representantes eleitos, promovendo um maior estreitamento entre ambos;
4. Este processo democrático deliberativo reforça a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais;
5. As Freguesias são, por força da sua proximidade, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as populações e, por isso mesmo, mais capacitadas para aferir junto destas quais as suas verdadeiras necessidades e as suas naturais aspirações;

**Mais considerando que,**

6. A sustentabilidade é um dos 4 vetores essenciais que orientam todo o programa do executivo municipal, transversal aos outros três (cultura, economia e coesão social) e com incidência em vários domínios;
7. Os desafios da sustentabilidade implicam um conjunto de políticas públicas que garantam que o desenvolvimento se concretiza de forma harmoniosa;
8. Um orçamento colaborativo pode introduzir mecanismos de incentivo e controlo da gestão pública, assim como da gestão de recursos humanos e financeiros, ao nível do cidadão;
9. É vontade do Município cooperar com as freguesias e com as comunidades locais na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nas suas diversas vertentes social, económica e ambiental;



10. Para tanto, o Executivo Municipal, na sua reunião de 22 de julho de 2019, aprovou as condições de atribuição de apoio a projetos selecionados pelas diferentes freguesias do Município, na sequência de dinâmicas participativas, aprovando a atribuição aos projetos selecionados nessas condições de um apoio de 150.000€ por cada freguesia;

11. Tendo em vista manter o princípio da proximidade e do apoio direto às comunidades locais que preside e fundamenta esta iniciativa desde a sua génese, o Município do Porto pretende agora delegar na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos a gestão da concessão dos apoios aos projetos por si selecionados;

12. Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, "*os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias*";

Pelo exposto, nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, por remissão deste, dos artigos 120.º, 123.º n.º 3 e 131.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020, da Assembleia Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020 e da Assembleia da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos de \_\_\_\_\_,

Entre:

Primeiro Outorgante: **MUNICÍPIO DO PORTO**, pessoa coletiva de direito público n.º 501 306 099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delegado, na cidade do Porto, neste ato representado Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui de Carvalho de Araújo Moreira, doravante designado por **Município**,

E

Segundo Outorgante: **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS**, pessoa coletiva de direito público com sede na Rua de Serralves, n.º 8, 4150-701 Porto, NIPC 510 837 590, representada neste ato pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Carla Sofia da Silva Soares Maia, doravante designado por **Freguesia**

#### **Cláusula Primeira**

##### **(Objeto)**

Através do presente contrato o Município do Porto delega na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos a gestão da concessão dos apoios aos projetos selecionados pela Freguesia no âmbito do processo de Orçamento Colaborativo 2019/20.

**Cláusula Segunda**  
**(Obrigações do Município)**

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários ao exercício da competência delegada, nos termos das cláusulas seguintes;
- b) apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante.

**Cláusula Terceira**  
**(Obrigações da Freguesia)**

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

- a) exercer a competência delegada de modo eficiente e eficaz, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b) prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe peça sobre os atos praticados no exercício da competência delegada;
- c) dar conhecimento, no prazo máximo de 5 dias úteis, ao Primeiro Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a impedir a execução dos projetos a apoiar;
- d) remeter ao Primeiro Outorgante o relatório referido no número dois da cláusula sétima, no qual será prestada informação circunstanciada sobre o exercício da competência delegada.

**Cláusula Quarta**  
**(Gestão da concessão dos apoios)**

- 1. A delegação da competência objeto do presente contrato inclui a prática de todos os atos necessários à atribuição e gestão da concessão dos apoios.
- 2. Na atribuição e gestão da concessão dos apoios a Segunda Outorgante obriga-se a garantir o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente das normas constantes do artigo F/2-2.º do Código Regulamentar do Município do Porto.

**Cláusula Quinta**  
**(Recursos financeiros)**

- 1. Para efeitos da concretização da delegação de competências objeto do presente contrato, o Primeiro Outorgante transfere para a Segunda Outorgante, com a assinatura do presente contrato, recursos financeiros no valor global de 150.000,00€,
- 2. A Segunda Outorgante obriga-se a afetar a verba a transferir pelo Primeiro Outorgante exclusivamente ao exercício da competência objeto do presente contrato.
- 3. Em caso algum a comparticipação financeira identificada no número 1 poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real dos projetos a apoiar, salvo se o presente contrato interadministrativo for objeto de alteração expressa;

4. Em caso algum, o Primeiro Outorgante compartilhará em indenizações ou outro qualquer tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo Segundo Outorgante ou pelas entidades a apoiar em virtude da concretização do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula Sexta**

##### **(Recursos humanos e materiais)**

O exercício da competência delegada ao abrigo do presente contrato não determina a transferência de recursos humanos ou materiais.

#### **Cláusula Sétima**

##### **(Acompanhamento)**

1. O acompanhamento do presente contrato é feito pelo Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, acompanhar a sua execução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante está obrigada, para efeitos de controlo da boa execução e cumprimento do presente contrato a apresentar ao Primeiro Outorgante, até ao final do mês de janeiro de 2021 um relatório de execução dos projetos apoiados que inclua a documentação justificativa da aplicação dos recursos atribuídos, através da apresentação de cópia das faturas ou outros documentos comprovativos de realização de despesas relacionadas com o projeto.
3. A Segunda Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspetivas.

#### **Cláusula Oitava**

##### **(Modificação)**

1. O contrato pode ser modificado quando se verifique a existência de uma alteração superveniente de circunstâncias que lesem o interesse prosseguido com a sua celebração
2. Qualquer modificação ao presente contrato carece de prévio acordo entre o Primeiro e Segundo Outorgantes, a celebrar por escrito, com a antecedência mínima de 30 dias.

#### **Cláusula Nona**

##### **(Período de vigência)**

O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até à conclusão dos projetos identificados na cláusula primeira.

#### **Cláusula Décima**

##### **(Cessação do contrato)**

1. O presente contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.



2. O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência.
3. Os contraentes públicos podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Os contraentes públicos podem suspender o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
5. A cessação ou a suspensão do presente contrato não poderão nunca pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Primeiro Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.
6. A cessação do contrato por incumprimento da Segunda Outorgante não lhe confere qualquer direito a indemnização e constitui-a nas seguintes obrigações:
  - a) proceder à devolução dos valores recebidos em execução do presente contrato que ainda não tenham sido aplicados;
  - b) proceder à reposição dos valores recebidos que tenham sido aplicados para outros fins que não no exercício das competências delegadas no âmbito do presente contrato.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Dúvidas interpretativas)**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pelo Primeiro Outorgante, ouvida a Segunda Outorgante.

**Cláusula Décima Segunda**  
**(Casos omissos)**

Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e demais legislação em vigor aplicável.

**Cláusula Décima Terceira**  
**(Legalidade da despesa)**

O valor referido na cláusula quinta tem os seguintes números de cabimento 63390 e de compromisso 71665.

**Cláusula Décima Quarta**  
**(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta designam, na presente data, os respetivos gestores do contrato: Vicente Maria Barbedo Marques Ferreira da Silva pela Câmara Municipal do Porto e \_\_\_\_ pela União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Feito em duplicado no dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_ de 2020, sendo cada um dos exemplares entregue a cada uma das partes, depois de devidamente rubricado e assinado.



Pelo Primeiro Outorgante

Pela Segunda Outorgante

## ANEXO I

### PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

Clube Infante Sagres – Reabilitação ringue e secretaria – 51.572,40 €

Somos Nós, IPSS – “Viver e Circular” – 24.174,60 €

UFCHP – Espaço Cultura – 10.123,00 €

UFCHP – Espaços Sociais – 63.130,00 €

**Câmara Municipal do Porto**  
**Informação de Cabimento**  
**MAPA ANEXO I da resolução nº 14/2011**  
Sistema de Normalização Contabilística - SNC-AP  
**PROP.: OrçColab(1)/2019**  
**Nº Sequencial de Cabimento: 63390**  
Data de movimento: 12-07-2019

Código de GOP - 01 001 2020/11 Ac.1/1 Apoios

Fonte de Financiamento	-	Receitas Próprias %	Receitas Gerais %	União Europeia %	Empréstimos %
---------------------------	---	------------------------	----------------------	---------------------	------------------

**Orçamento para o ano de 2020**

Class. Orgânica - 02 Câmara Municipal

Class. Funcional -

Class. Económica - 0405010201 Apoios

1	Dotação Inicial	1 050 000,00
2	Reforços / Anulações	0,00
3	Congelamentos / Descongelamentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 050 000,00
5	Cabimentos assumidos	0,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	1 050 000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	1 050 000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	0,00

Data - 30/01/2020

Assinatura do Responsável

---

**Câmara Municipal do Porto**  
**Informação de Compromisso**  
**MAPA ANEXO I da resolução nº 14/2011**  
Sistema de Normalização Contabilística - SNC-AP

**NL.Comp.FD: OrçColaborat/2019**  
**Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 71660/2019**  
Data de movimento: 12-07-2019

Código de GOP - 01 001 2020/11 Ac.1/1 Apoios				
Fonte de Financiamento -	Receitas Próprias %	Receitas Gerais %	União Europeia %	Empréstimos %

**Orçamento para o ano de 2020**

Class. Orgânica - 02 Câmara Municipal  
Class. Funcional -  
Class. Económica - 0405010201 Apoios

1	Dotação Inicial	1 050 000,00
2	Reforços / Anulações	0,00
3	Congelamentos / Descongela	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 050 000,00
5	Compromissos assumidos	0,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	1 050 000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	150 000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	900 000,00

Data - 30/01/2020

Assinatura do Responsável

---



**Câmara Municipal do Porto**  
**Informação de Compromisso**  
**MAPA ANEXO I da resolução nº 14/2011**  
Sistema de Normalização Contabilística - SNC-AP

**PROC.: OrçColabora2/2019**  
**Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 71661/2019**  
Data de movimento: 12-07-2019

Código de GOP - 01 001 2020/11 Ac.1/1 Apoios

Fonte de Financiamento	-	Receitas Próprias %	Receitas Gerais %	União Europeia %	Empréstimos %
---------------------------	---	------------------------	----------------------	---------------------	------------------

**Orçamento para o ano de 2020**

Class. Orgânica - 02 Câmara Municipal

Class. Funcional -

Class. Económica - 0405010201 Apoios

1	Dotação Inicial	1 050 000,00
2	Reforços / Anulações	0,00
3	Congelamentos / Descongela-mentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 050 000,00
5	Compromissos assumidos	150 000,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	900 000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	150 000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	750 000,00

Data - 30/01/2020

Assinatura do Responsável

---

**Câmara Municipal do Porto**  
**Informação de Compromisso**  
**MAPA ANEXO I da resolução nº 14/2011**  
Sistema de Normalização Contabilística - SNC-AP

**PROC.: OrçColabora3/2019**  
**Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 71662/2019**  
Data de movimento: 12-07-2019

Código de GOP - 01 001 2020/11 Ac.1/1 Apoios				
Fonte de Financiamento -	Receitas Próprias %	Receitas Gerais %	União Europeia %	Empréstimos %

**Orçamento para o ano de 2020**

Class. Orgânica - 02 Câmara Municipal  
Class. Funcional -  
Class. Económica - 0405010201 Apoios

1	Dotação Inicial	1 050 000,00
2	Reforços / Anulações	0,00
3	Congelamentos / Descongelamentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 050 000,00
5	Compromissos assumidos	300 000,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	750 000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	150 000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	600 000,00

Data - 30/01/2020

Assinatura do Responsável

---

**Câmara Municipal do Porto**  
**Informação de Compromisso**  
**MAPA ANEXO I da resolução nº 14/2011**  
Sistema de Normalização Contabilística - SNC-AP

**PROC.: OrçColabora4/2019**  
**Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 71663/2019**  
Data de movimento: 12-07-2019

Código de GOP - 01 001 2020/11 Ac.1/1 Apoios				
Fonte de Financiamento -	Receitas Próprias %	Receitas Gerais %	União Europeia %	Empréstimos %

**Orçamento para o ano de 2020**

Class. Orgânica - 02 Câmara Municipal  
Class. Funcional -  
Class. Económica - 0405010201 Apoios

1	Dotação Inicial	1 050 000,00
2	Reforços / Anulações	0,00
3	Congelamentos / Descongela	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 050 000,00
5	Compromissos assumidos	450 000,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	600 000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	150 000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	450 000,00

Data - 30/01/2020

Assinatura do Responsável

---

**Câmara Municipal do Porto**  
**Informação de Compromisso**  
**MAPA ANEXO I da resolução nº 14/2011**  
Sistema de Normalização Contabilística - SNC-AP

**PROC.: OrçColabora5/2019**  
**Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 71664/2019**  
Data de movimento: 12-07-2019

Código de GOP - 01 001 2020/11 Ac.1/1 Apoios				
Fonte de Financiamento -	Receitas Próprias %	Receitas Gerais %	União Europeia %	Empréstimos %

**Orçamento para o ano de 2020**

Class. Orgânica - 02 Câmara Municipal  
Class. Funcional -  
Class. Económica - 0405010201 Apoios

1	Dotação Inicial	1 050 000,00
2	Reforços / Anulações	0,00
3	Congelamentos / Descongelamentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 050 000,00
5	Compromissos assumidos	600 000,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	450 000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	150 000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	300 000,00

Data - 30/01/2020

Assinatura do Responsável

---



**Câmara Municipal do Porto**  
**Informação de Compromisso**  
**MAPA ANEXO I da resolução nº 14/2011**  
Sistema de Normalização Contabilística - SNC-AP

**PROC.: OrçColabora6/2019**  
**Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 71665/2019**  
Data de movimento: 12-07-2019

Código de GOP - 01 001 2020/11 Ac.1/1 Apoios				
Fonte de Financiamento -	Receitas Próprias %	Receitas Gerais %	União Europeia %	Empréstimos %

**Orçamento para o ano de 2020**

Class. Orgânica - 02 Câmara Municipal  
Class. Funcional -  
Class. Económica - 0405010201 Apoios

1	Dotação Inicial	1 050 000,00
2	Reforços / Anulações	0,00
3	Congelamentos / Descongela	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 050 000,00
5	Compromissos assumidos	750 000,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	300 000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	150 000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	150 000,00

Data - 30/01/2020

Assinatura do Responsável

---

**Câmara Municipal do Porto**  
**Informação de Compromisso**

**MAPA ANEXO I da resolução nº 14/2011**

Sistema de Normalização Contabilística - SNC-AP

**PROC.: OrçColabora7/2019**

**Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 71666/2019**

Data de movimento: 12-07-2019

Código de GOP - 01 001 2020/11 Ac.1/1 Apoios

Fonte de Financiamento -	Receitas Próprias %	Receitas Gerais %	União Europeia %	Empréstimos %
-----------------------------	------------------------	----------------------	---------------------	------------------

**Orçamento para o ano de 2020**

Class. Orgânica - 02 Câmara Municipal

Class. Funcional -

Class. Económica - 0405010201 Apoios

1	Dotação Inicial	1 050 000,00
2	Reforços / Anulações	0,00
3	Congelamentos / Descongelaamentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 050 000,00
5	Compromissos assumidos	900 000,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	150 000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	150 000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	0,00

Data - 30/01/2020

Assinatura do Responsável

---

## PROPOSTA

Agende-se

h

### Considerando que:

1. O Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia participativa, através do qual se dá aos cidadãos a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo quais os projetos que desejam ver implementados;
2. A política pública municipal do executivo da Câmara Municipal do Porto entende a coesão social não apenas como uma prioridade estratégica mas igualmente como um imperativo moral;
3. É necessário instituir processos que estimulem a aproximação dos munícipes e fregueses aos seus representantes eleitos, promovendo um maior estreitamento entre ambos;
4. Este processo democrático deliberativo reforça a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais;
5. As Freguesias são, por força da sua proximidade, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as populações e, por isso mesmo, mais capacitadas para aferir junto destas quais as suas verdadeiras necessidades e as suas naturais aspirações;

9. No anexo I da minuta do contrato com a União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde onde se lia "Academia Cultural e Artística de Aldoar – 16.022,00 €; APPACDM – 41.942,50 €; Movimento Apoio Diminuído Intelectual – 17.921,00 €; UFAFN – 75.000,00 €" deve ler-se "Academia Cultural e Artística de Aldoar – 8.011,00 €; APPACDM – 36.530,50 €; Associação dos Moradores Bairro Social da Pasteleira – 12.537,50 €; Movimento Apoio Diminuído Intelectual – 17.921,00 €; UFAFN – 75.000,00 €".

10. No anexo I da minuta do contrato com a União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos onde se lia "Clube Infante Sagres – Reabilitação ringue e secretaria – 51.572,40 €; Somos Nós, IPSS – "Viver e Circular" – 24.174,60 €; UFCHP – Espaço Cultura – 10.123,00 €; UFCHP – Espaços Sociais – 63.130,00 €" deve ler-se "Clube Infante Sagres – Reabilitação ringue e secretaria – 51.572,40 €; Somos Nós, IPSS – "Viver e Circular" – 24.174,60 €; UFLOM – Espaço Cultura – 10.123,00 €; UFLOM – Espaços Sociais – 64.130,00 €".

**Considerando ainda que,**

11. Não se verifica, em nenhum dos casos, qualquer alteração do valor a transferir para cada Freguesia, mantendo-se este inalterado e em conformidade com os cabimentos e compromissos incluídos no orçamento municipal.



**Assim,**

**Propõe-se que:**

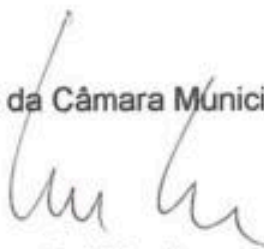
Nos termos e a coberto do disposto conjugadamente na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e nas alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 174.º do CPA, a Câmara Municipal submeta a deliberação da Assembleia Municipal:

- as retificações identificadas nos pontos 8, 9 e 10 dos considerandos ao anexo 1 da minuta do contrato interadministrativo da Freguesia de Ramalde, ao anexo 1 da minuta do contrato interadministrativo da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e ao anexo 1 da minuta do contrato interadministrativo da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos que, para os devidos efeitos, aqui se anexam e aqui se submetem a aprovação.

Porto, 14 de fevereiro de 2020.

  
  
Visada  
Direção Municipal de Serviços Jurídicos

O Presidente da Câmara Municipal do Porto

  
Rui Moreira



## CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

**Assunto: Orçamento Colaborativo - Retificação aos contratos interadministrativos com a Freguesia de Ramalde, União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.**

**NUD/73938/2020/CMP**

**Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

**Reunião Pública do Executivo Municipal de 24 de fevereiro de 2020.**

**O Diretor Municipal da Presidência**

**Adolfo Sousa**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

**Assunto: Deliberação sobre Orçamento Colaborativo – Aprovação da celebração dos contratos interadministrativos com as Freguesias do concelho do Porto.**

**NUD/46893/2020/CMP**


**NUD/73938/2020/CMP**

**Deliberação: Aprovado, por maioria, com 43 votos a favor (21 RM + 12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 1 PAN) e 3 abstenções (BE).**

**Sessão Extraordinária de 09 de março de 2020.**

**(Continuação da Sessão Extraordinária iniciada em 02 de março de 2020)**

**O Presidente**



**Miguel Pereira Leite**

**A 1.ª Secretária**

*Paula Paula Ribeiro de Faria*  
**Paula Ribeiro de Faria**

**O 2.º Secretário**



**José Seródio**

ANEXO I

UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALDOAR, FOZ DO DOURO E NEVOGILDE

PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

Proposta aprovada em reunião do Executivo Municipal de 10 de fevereiro de 2020

Academia Cultural e Artística de Aldoar – 16.022,00 €

APPACDM – 41.942,50 €

Movimento Apoio Diminuído Intelectual – 17.921,00 €

UFAFN – 75.000,00 €

Retificação a aprovar

Academia Cultural e Artística de Aldoar – 8.011,00 €

APPACDM – 36.530,50 €

Associação dos Moradores Bairro Social da Pasteleira – 12.537,50 €

Movimento Apoio Diminuído Intelectual – 17.921,00 €

UFAFN – 75.000,00 €



ANEXO I

UNIÃO DE FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS

PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

Proposta aprovada em reunião do Executivo Municipal de 10 de fevereiro de 2020

Clube Infante Sagres – Reabilitação ringue e secretaria – 51.572,40 €

Somos Nós, IPSS – “Viver e Circular” – 24.174,60 €

UFCHP – Espaço Cultura – 10.123,00 €

UFCHP – Espaços Sociais – 63.130,00 €

Retificação a aprovar

Clube Infante Sagres – Reabilitação ringue e secretaria – 51.572,40 €

Somos Nós, IPSS – “Viver e Circular” – 24.174,60 €

UFLOM – Espaço Cultura – 10.123,00 €

UFLOM – Espaços Sociais – 64.130,00 €

ANEXO I  
FREGUESIA DE RAMALDE

PROJETOS APROVADOS\* NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

Proposta aprovada em reunião do Executivo Municipal de 10 de fevereiro de 2020

Agrupamento de escolas Fontes Pereira de Melo – 7.694,30 €  
Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde – 35.000,00 €  
Ass. Rec. Cultural Grupo Dramático 26 de janeiro – 749,79 €  
Exército de Salvação – 29.852,52 €  
Grupo Desportivo Cultural Sto. Eugénio – 35.000,00 €  
Grupo Desportivo do Viso – 34.898,18 €  
Junta de Freguesia de Ramalde – 20.000,00 €

Retificação a aprovar

Agrupamento de escolas Fontes Pereira de Melo – 7.694,30 €  
Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde – 35.000,00 €  
Ass. Rec. Cultural Grupo Dramático 26 de janeiro – 744,79 €  
Exército de Salvação – 29.852,52 €  
Grupo Desportivo Cultural Sto. Eugénio – 35.000,00 €  
Grupo Desportivo do Viso – 34.898,18 €  
Junta de Freguesia de Ramalde – 20.000,00 €

\* Nos termos do n.º 3 da cláusula 5ª, a Junta da Freguesia assume os encargos financeiros suplementares.

## **Contrato Interadministrativo**

### **Orçamento Colaborativo**

#### **Considerando que:**

1. O Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia participativa, através do qual se dá aos cidadãos a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo quais os projetos que desejam ver implementados;
2. A política pública municipal do executivo da Câmara Municipal do Porto entende a coesão social não apenas como uma prioridade estratégica mas igualmente como um imperativo moral;
3. É necessário instituir processos que estimulem a aproximação dos munícipes e fregueses aos seus representantes eleitos, promovendo um maior estreitamento entre ambos;
4. Este processo democrático deliberativo reforça a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais;
5. As Freguesias são, por força da sua proximidade, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as populações e, por isso mesmo, mais capacitadas para aferir junto destas quais as suas verdadeiras necessidades e as suas naturais aspirações;

#### **Mais considerando que,**

6. A sustentabilidade é um dos 4 vetores essenciais que orientam todo o programa do executivo municipal, transversal aos outros três (cultura, economia e coesão social) e com incidência em vários domínios;
7. Os desafios da sustentabilidade implicam um conjunto de políticas públicas que garantam que o desenvolvimento se concretiza de forma harmoniosa;
8. Um orçamento colaborativo pode introduzir mecanismos de incentivo e controlo da gestão pública, assim como da gestão de recursos humanos e financeiros, ao nível do cidadão;
9. É vontade do Município cooperar com as freguesias e com as comunidades locais na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nas suas diversas vertentes social, económica e ambiental;

10. Para tanto, o Executivo Municipal, na sua reunião de 22 de julho de 2019, aprovou as condições de atribuição de apoio a projetos selecionados pelas diferentes freguesias do Município, na sequência de dinâmicas participativas, aprovando a atribuição aos projetos selecionados nessas condições de um apoio de 150.000€ por cada freguesia;

11. Tendo em vista manter o princípio da proximidade e do apoio direto às comunidades locais que preside e fundamenta esta iniciativa desde a sua génese, o Município do Porto pretende agora delegar na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos a gestão da concessão dos apoios aos projetos por si selecionados;

12. Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, *"os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias"*;

Pelo exposto, nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, por remissão deste, dos artigos 120.º, 123.º n.º 3 e 131.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020, da Assembleia Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020 e da Assembleia da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos de \_\_\_\_\_,

Entre:

Primeiro Outorgante: **MUNICÍPIO DO PORTO**, pessoa coletiva de direito público n.º 501 306 099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delegado, na cidade do Porto, neste ato representado Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui de Carvalho de Araújo Moreira, doravante designado por **Município**,

E

Segundo Outorgante: **UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LORDELO DO OURO E MASSARELOS**, pessoa coletiva de direito público com sede na Rua de Serralves, n.º 8, 4150-701 Porto, NIPC 510 837 590, representada neste ato pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia, Carla Sofia da Silva Soares Maia, doravante designado por **Freguesia**

#### **Cláusula Primeira** **(Objeto)**

Através do presente contrato o Município do Porto delega na União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos a gestão da concessão dos apoios aos projetos selecionados pela Freguesia no âmbito do processo de Orçamento Colaborativo 2019/20.



**Cláusula Segunda**  
**(Obrigações do Município)**

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários ao exercício da competência delegada, nos termos das cláusulas seguintes;
- b) apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante.

**Cláusula Terceira**  
**(Obrigações da Freguesia)**

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

- a) exercer a competência delegada de modo eficiente e eficaz, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b) prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe peça sobre os atos praticados no exercício da competência delegada;
- c) dar conhecimento, no prazo máximo de 5 dias úteis, ao Primeiro Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a impedir a execução dos projetos a apoiar;
- d) remeter ao Primeiro Outorgante o relatório referido no número dois da cláusula sétima, no qual será prestada informação circunstanciada sobre o exercício da competência delegada.

**Cláusula Quarta**  
**(Gestão da concessão dos apoios)**

- 1. A delegação da competência objeto do presente contrato inclui a prática de todos os atos necessários à atribuição e gestão da concessão dos apoios.
- 2. Na atribuição e gestão da concessão dos apoios a Segunda Outorgante obriga-se a garantir o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente das normas constantes do artigo F/2-2.º do Código Regulamentar do Município do Porto.

**Cláusula Quinta**  
**(Recursos financeiros)**

- 1. Para efeitos da concretização da delegação de competências objeto do presente contrato, o Primeiro Outorgante transfere para a Segunda Outorgante, com a assinatura do presente contrato, recursos financeiros no valor global de 150.000,00€.
- 2. A Segunda Outorgante obriga-se a afetar a verba a transferir pelo Primeiro Outorgante exclusivamente ao exercício da competência objeto do presente contrato.
- 3. Em caso algum a comparticipação financeira identificada no número 1 poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real dos projetos a apoiar, salvo se o presente contrato interadministrativo for objeto de alteração expressa;

4. Em caso algum, o Primeiro Outorgante compartilhará em indenizações ou outro qualquer tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo Segundo Outorgante ou pelas entidades a apoiar em virtude da concretização do objeto do presente contrato.

#### **Cláusula Sexta**

##### **(Recursos humanos e materiais)**

O exercício da competência delegada ao abrigo do presente contrato não determina a transferência de recursos humanos ou materiais.

#### **Cláusula Sétima**

##### **(Acompanhamento)**

1. O acompanhamento do presente contrato é feito pelo Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, acompanhar a sua execução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante está obrigada, para efeitos de controlo da boa execução e cumprimento do presente contrato a apresentar ao Primeiro Outorgante, até ao final do mês de janeiro de 2021 um relatório de execução dos projetos apoiados que inclua a documentação justificativa da aplicação dos recursos atribuídos, através da apresentação de cópia das faturas ou outros documentos comprovativos de realização de despesas relacionadas com o projeto.
3. A Segunda Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspetivas.

#### **Cláusula Oitava**

##### **(Modificação)**

1. O contrato pode ser modificado quando se verifique a existência de uma alteração superveniente de circunstâncias que lesem o interesse prosseguido com a sua celebração
2. Qualquer modificação ao presente contrato carece de prévio acordo entre o Primeiro e Segundo Outorgantes, a celebrar por escrito, com a antecedência mínima de 30 dias.

#### **Cláusula Nona**

##### **(Período de vigência)**

O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até à conclusão dos projetos identificados na cláusula primeira.

#### **Cláusula Décima**

##### **(Cessação do contrato)**

1. O presente contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência.
3. Os contraentes públicos podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Os contraentes públicos podem suspender o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
5. A cessação ou a suspensão do presente contrato não poderão nunca pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Primeiro Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.
6. A cessação do contrato por incumprimento da Segunda Outorgante não lhe confere qualquer direito a indemnização e constitui-a nas seguintes obrigações:
  - a) proceder à devolução dos valores recebidos em execução do presente contrato que ainda não tenham sido aplicados;
  - b) proceder à reposição dos valores recebidos que tenham sido aplicados para outros fins que não no exercício das competências delegadas no âmbito do presente contrato.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Dúvidas Interpretativas)**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pelo Primeiro Outorgante, ouvida a Segunda Outorgante.

**Cláusula Décima Segunda**  
**(Casos omissos)**

Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e demais legislação em vigor aplicável.

**Cláusula Décima Terceira**  
**(Legalidade da despesa)**

O valor referido na cláusula quinta tem os seguintes números de cabimento 63390 e de compromisso 71665.

**Cláusula Décima Quarta**  
**(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta designam, na presente data, os respetivos gestores do contrato: Vicente Maria Barbedo Marques Ferreira da Silva pela Câmara Municipal do Porto e \_\_\_\_ pela União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Feito em duplicado no dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_ de 2020, sendo cada um dos exemplares entregue a cada uma das partes, depois de devidamente rubricado e assinado.

Pelo Primeiro Outorgante

Pela Segunda Outorgante



## ANEXO I

### PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

Clube Infante Sagres – Reabilitação ringue e secretaria – 51.572,40 €

Somos Nós, IPSS – “Viver e Circular” – 24.174,60 €

UFLOM – Espaço Cultura – 10.123,00 €

UFLOM – Espaços Sociais – 64.130,00 €

## **Contrato Interadministrativo Orçamento Colaborativo**

### **Considerando que:**

1. O Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia participativa, através do qual se dá aos cidadãos a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo quais os projetos que desejam ver implementados;
2. A política pública municipal do executivo da Câmara Municipal do Porto entende a coesão social não apenas como uma prioridade estratégica mas igualmente como um imperativo moral;
3. É necessário instituir processos que estimulem a aproximação dos munícipes e fregueses aos seus representantes eleitos, promovendo um maior estreitamento entre ambos;
4. Este processo democrático deliberativo reforça a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais;
5. As Freguesias são, por força da sua proximidade, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as populações e, por isso mesmo, mais capacitadas para aferir junto destas quais as suas verdadeiras necessidades e as suas naturais aspirações;

### **Mais considerando que,**

6. A sustentabilidade é um dos 4 vetores essenciais que orientam todo o programa do executivo municipal, transversal aos outros três (cultura, economia e coesão social) e com incidência em vários domínios;
7. Os desafios da sustentabilidade implicam um conjunto de políticas públicas que garantam que o desenvolvimento se concretiza de forma harmoniosa;
8. Um orçamento colaborativo pode introduzir mecanismos de incentivo e controlo da gestão pública, assim como da gestão de recursos humanos e financeiros, ao nível do cidadão;
9. É vontade do Município cooperar com as freguesias e com as comunidades locais na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nas suas diversas vertentes social, económica e ambiental;

10. Para tanto, o Executivo Municipal, na sua reunião de 22 de julho de 2019, aprovou as condições de atribuição de apoio a projetos selecionados pelas diferentes freguesias do Município, na sequência de dinâmicas participativas, aprovando a atribuição aos projetos selecionados nessas condições de um apoio de 150.000€ por cada freguesia;

11. Tendo em vista manter o princípio da proximidade e do apoio direto às comunidades locais que preside e fundamenta esta iniciativa desde a sua génese, o Município do Porto pretende agora delegar na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde a gestão da concessão dos apoios aos projetos por si selecionados;

12. Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, *“os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias”*;

Pelo exposto, nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, por remissão deste, dos artigos 120.º, 123.º n.º 3 e 131.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020, da Assembleia Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020 e da Assembleia da União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde de \_\_\_\_\_.

Entre:

Primeiro Outorgante: **MUNICÍPIO DO PORTO**, pessoa coletiva de direito público n.º 501 306 099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delegado, na cidade do Porto, neste ato representado Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui de Carvalho de Araújo Moreira, doravante designado por **Município**.

E

Segundo Outorgante: **A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ALDOAR, FOZ DO DOURO E NEVOGILDE**, pessoa coletiva de direito público com sede na Rua da Vilarinha, n.º 1090, 4100-513 Porto, NIPC 510 834 108, representada neste ato pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Nuno Raposo de Magalhães Ortigão de Oliveira, doravante designado por **Freguesia**

#### **Cláusula Primeira** **(Objeto)**

Através do presente contrato o Município do Porto delega na União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde a gestão da concessão dos apoios aos projetos selecionados pela Freguesia no âmbito do processo de Orçamento Colaborativo 2019/20.

**Cláusula Segunda**  
**(Obrigações do Município)**

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários ao exercício da competência delegada, nos termos das cláusulas seguintes;
- b) apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante.

**Cláusula Terceira**  
**(Obrigações da Freguesia)**

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

- a) exercer a competência delegada de modo eficiente e eficaz, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b) prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe peça sobre os atos praticados no exercício da competência delegada;
- c) dar conhecimento, no prazo máximo de 5 dias úteis, ao Primeiro Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a impedir a execução dos projetos a apoiar;
- d) remeter ao Primeiro Outorgante o relatório referido no número dois da cláusula sétima, no qual será prestada informação circunstanciada sobre o exercício da competência delegada.

**Cláusula Quarta**  
**(Gestão da concessão dos apoios)**

- 1. A delegação da competência objeto do presente contrato inclui a prática de todos os atos necessários à atribuição e gestão da concessão dos apoios.
- 2. Na atribuição e gestão da concessão dos apoios a Segunda Outorgante obriga-se a garantir o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente das normas constantes do artigo F/2-2.º do Código Regulamentar do Município do Porto.

**Cláusula Quinta**  
**(Recursos financeiros)**

- 1. Para efeitos da concretização da delegação de competências objeto do presente contrato, o Primeiro Outorgante transfere para a Segunda Outorgante, com a assinatura do presente contrato, recursos financeiros no valor global de 150.000,00€.
- 2. A Segunda Outorgante obriga-se a afetar a verba a transferir pelo Primeiro Outorgante exclusivamente ao exercício da competência objeto do presente contrato.
- 3. Em caso algum a comparticipação financeira identificada no número 1 poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real dos projetos a apoiar, salvo se o presente contrato interadministrativo for objeto de alteração expressa;

4. Em caso algum, o Primeiro Outorgante compartilhará em indenizações ou outro qualquer tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo Segundo Outorgante ou pelas entidades a apoiar em virtude da concretização do objeto do presente contrato.

**Cláusula Sexta**  
**(Recursos humanos e materiais)**

O exercício da competência delegada ao abrigo do presente contrato não determina a transferência de recursos humanos ou materiais.

**Cláusula Sétima**  
**(Acompanhamento)**

1. O acompanhamento do presente contrato é feito pelo Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, acompanhar a sua execução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante está obrigada, para efeitos de controlo da boa execução e cumprimento do presente contrato a apresentar ao Primeiro Outorgante, até ao final do mês de janeiro de 2021 um relatório de execução dos projetos apoiados que inclua a documentação justificativa da aplicação dos recursos atribuídos, através da apresentação de cópia das faturas ou outros documentos comprovativos de realização de despesas relacionadas com o projeto.
3. A Segunda Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspetivas.

**Cláusula Oitava**  
**(Modificação)**

1. O contrato pode ser modificado quando se verifique a existência de uma alteração superveniente de circunstâncias que lesem o interesse prosseguido com a sua celebração
2. Qualquer modificação ao presente contrato carece de prévio acordo entre o Primeiro e Segundo Outorgantes, a celebrar por escrito, com a antecedência mínima de 30 dias.

**Cláusula Nona**  
**(Período de vigência)**

O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até à conclusão dos projetos identificados na cláusula primeira.

**Cláusula Décima**  
**(Cessação do contrato)**

1. O presente contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.



2. O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência.
3. Os contraentes públicos podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Os contraentes públicos podem suspender o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
5. A cessação ou a suspensão do presente contrato não poderão nunca pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Primeiro Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.
6. A cessação do contrato por incumprimento da Segunda Outorgante não lhe confere qualquer direito a indemnização e constitui-a nas seguintes obrigações:
  - a) proceder à devolução dos valores recebidos em execução do presente contrato que ainda não tenham sido aplicados;
  - b) proceder à reposição dos valores recebidos que tenham sido aplicados para outros fins que não no exercício das competências delegadas no âmbito do presente contrato.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Dúvidas interpretativas)**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pelo Primeiro Outorgante, ouvida a Segunda Outorgante.

**Cláusula Décima Segunda**  
**(Casos omissos)**

Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e demais legislação em vigor aplicável.

**Cláusula Décima Terceira**  
**(Legalidade da despesa)**

O valor referido na cláusula quinta tem os seguintes números de cabimento 63390 e de compromisso 71666.

**Cláusula Décima Quarta**  
**(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta designam, na presente data, os respetivos gestores do contrato: Vicente Maria Barbedo Marques Ferreira da Silva pela Câmara Municipal do Porto e \_\_\_\_ pela União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde.

Feito em duplicado no dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_ de 2020, sendo cada um dos exemplares entregue a cada uma das partes, depois de devidamente rubricado e assinado.

Pelo Primeiro Outorgante

Pela Segunda Outorgante

## ANEXO I

### PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

Academia Cultural e Artística de Aldoar – 8.011,00 €

APPACDM – 36.530,50 €

Associação dos Moradores Bairro Social da Pasteleira – 12.537,50 €

Movimento Apoio Diminuído Intelectual – 17.921,00 €

UFAFN – 75.000,00 €

**Contrato Interadministrativo**  
**Orçamento Colaborativo**

**Considerando que:**

1. O Orçamento Colaborativo é um instrumento da democracia participativa, através do qual se dá aos cidadãos a possibilidade de apresentarem propostas de investimento, escolhendo quais os projetos que desejam ver implementados;
2. A política pública municipal do executivo da Câmara Municipal do Porto entende a coesão social não apenas como uma prioridade estratégica mas igualmente como um imperativo moral;
3. É necessário instituir processos que estimulem a aproximação dos munícipes e fregueses aos seus representantes eleitos, promovendo um maior estreitamento entre ambos;
4. Este processo democrático deliberativo reforça a participação ativa dos cidadãos, contribuindo para uma intervenção informada e responsável da população nos processos governativos locais;
5. As Freguesias são, por força da sua proximidade, entidades em circunstâncias privilegiadas para melhor conhecer as populações e, por isso mesmo, mais capacitadas para aferir junto destas quais as suas verdadeiras necessidades e as suas naturais aspirações;

**Mais considerando que,**

6. A sustentabilidade é um dos 4 vetores essenciais que orientam todo o programa do executivo municipal, transversal aos outros três (cultura, economia e coesão social) e com incidência em vários domínios;
7. Os desafios da sustentabilidade implicam um conjunto de políticas públicas que garantam que o desenvolvimento se concretiza de forma harmoniosa;
8. Um orçamento colaborativo pode introduzir mecanismos de incentivo e controlo da gestão pública, assim como da gestão de recursos humanos e financeiros, ao nível do cidadão;
9. É vontade do Município cooperar com as freguesias e com as comunidades locais na prossecução de ações que promovam a sustentabilidade, nas suas diversas vertentes social, económica e ambiental;

10. Para tanto, o Executivo Municipal, na sua reunião de 22 de julho de 2019, aprovou as condições de atribuição de apoio a projetos selecionados pelas diferentes freguesias do Município, na sequência de dinâmicas participativas, aprovando a atribuição aos projetos selecionados nessas condições de um apoio de 150.000€ por cada freguesia;

11. Tendo em vista manter o princípio da proximidade e do apoio direto às comunidades locais que preside e fundamenta esta iniciativa desde a sua génese, o Município do Porto pretende agora delegar na Freguesia de Ramalde a gestão da concessão dos apoios aos projetos por si selecionados;

12. Nos termos do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, *"os órgãos dos municípios podem, através de contrato interadministrativo, delegar competências nos órgãos das freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias"*;

Pelo exposto, nos termos das disposições conjugadas do artigo 29.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e, por remissão deste, dos artigos 120.º, 123.º n.º 3 e 131.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020, da Assembleia Municipal de \_\_\_\_ de fevereiro de 2020 e da Assembleia da Freguesia de Ramalde de \_\_\_\_\_,

Entre:

Primeiro Outorgante: **MUNICÍPIO DO PORTO**, pessoa coletiva de direito público n.º 501 306 099, com sede e Paços do Concelho na Praça General Humberto Delegado, na cidade do Porto, neste ato representado Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui de Carvalho de Araújo Moreira, doravante designado por **Município**,

E

Segundo Outorgante: **FREGUESIA DE RAMALDE**, pessoa coletiva de direito público com sede na Rua da Igreja de Ramalde, N.º 76/92, 4100-280 Porto, NIPC 506 782 832, representada neste ato pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, António Castanheira Gouveia, doravante designado por **Freguesia**

#### **Cláusula Primeira** **(Objeto)**

Através do presente contrato o Município do Porto delega na Freguesia de Ramalde a gestão da concessão dos apoios aos projetos selecionados pela Freguesia no âmbito do processo de Orçamento Colaborativo 2019/20.



**Cláusula Segunda**  
**(Obrigações do Município)**

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

- a) transferir para a Segunda Outorgante os meios necessários ao exercício da competência delegada, nos termos das cláusulas seguintes;
- b) apoiar tecnicamente a Segunda Outorgante.

**Cláusula Terceira**  
**(Obrigações da Freguesia)**

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

- a) exercer a competência delegada de modo eficiente e eficaz, no respeito pelas normas legais e regulamentares aplicáveis;
- b) prestar as informações que o Primeiro Outorgante lhe peça sobre os atos praticados no exercício da competência delegada;
- c) dar conhecimento, no prazo máximo de 5 dias úteis, ao Primeiro Outorgante de toda e qualquer situação de que tenha conhecimento e que possa vir a impedir a execução dos projetos a apoiar;
- d) remeter ao Primeiro Outorgante o relatório referido no número dois da cláusula sétima, no qual será prestada informação circunstanciada sobre o exercício da competência delegada.

**Cláusula Quarta**  
**(Gestão da concessão dos apoios)**

- 1. A delegação da competência objeto do presente contrato inclui a prática de todos os atos necessários à atribuição e gestão da concessão dos apoios.
- 2. Na atribuição e gestão da concessão dos apoios a Segunda Outorgante obriga-se a garantir o cumprimento de todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente das normas constantes do artigo F/2-2.º do Código Regulamentar do Município do Porto.

**Cláusula Quinta**  
**(Recursos financeiros)**

- 1. Para efeitos da concretização da delegação de competências objeto do presente contrato, o Primeiro Outorgante transfere para a Segunda Outorgante, com a assinatura do presente contrato, recursos financeiros no valor global de 150.000,00€.
- 2. A Segunda Outorgante obriga-se a afetar a verba a transferir pelo Primeiro Outorgante exclusivamente ao exercício da competência objeto do presente contrato.
- 3. Em caso algum a comparticipação financeira identificada no número 1 poderá ser proporcionalmente aumentada em função do custo real dos projetos a apoiar, salvo se o presente contrato interadministrativo for objeto de alteração expressa;

4. Em caso algum, o Primeiro Outorgante compartilhará em indenizações ou outro qualquer tipo de encargos e custos, que venham a ser eventualmente devidos pelo Segundo Outorgante ou pelas entidades a apoiar em virtude da concretização do objeto do presente contrato.

**Cláusula Sexta**  
**(Recursos humanos e materiais)**

O exercício da competência delegada ao abrigo do presente contrato não determina a transferência de recursos humanos ou materiais.

**Cláusula Sétima**  
**(Acompanhamento)**

1. O acompanhamento do presente contrato é feito pelo Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, acompanhar a sua execução.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Segunda Outorgante está obrigada, para efeitos de controlo da boa execução e cumprimento do presente contrato a apresentar ao Primeiro Outorgante, até ao final do mês de janeiro de 2021 um relatório de execução dos projetos apoiados que inclua a documentação justificativa da aplicação dos recursos atribuídos, através da apresentação de cópia das faturas ou outros documentos comprovativos de realização de despesas relacionadas com o projeto.
3. A Segunda Outorgante responderá pela incorreta aplicação da comparticipação financeira perante o Primeiro Outorgante e as entidades inspetivas.

**Cláusula Oitava**  
**(Modificação)**

1. O contrato pode ser modificado quando se verifique a existência de uma alteração superveniente de circunstâncias que lesem o interesse prosseguido com a sua celebração
2. Qualquer modificação ao presente contrato carece de prévio acordo entre o Primeiro e Segundo Outorgantes, a celebrar por escrito, com a antecedência mínima de 30 dias.

**Cláusula Nona**  
**(Período de vigência)**

O presente contrato produz efeitos desde a data da sua assinatura e vigora até à conclusão dos projetos identificados na cláusula primeira.

**Cláusula Décima**  
**(Cessação do contrato)**

1. O presente contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução em caso de incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. O contrato cessa por caducidade, nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência.
3. Os contraentes públicos podem revogar o contrato por mútuo acordo.
4. Os contraentes públicos podem suspender o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
5. A cessação ou a suspensão do presente contrato não poderão nunca pôr em causa a continuidade do serviço público, cabendo ao Primeiro Outorgante o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.
6. A cessação do contrato por incumprimento da Segunda Outorgante não lhe confere qualquer direito a indemnização e constitui-a nas seguintes obrigações:
  - a) proceder à devolução dos valores recebidos em execução do presente contrato que ainda não tenham sido aplicados;
  - b) proceder à reposição dos valores recebidos que tenham sido aplicados para outros fins que não no exercício das competências delegadas no âmbito do presente contrato.

**Cláusula Décima Primeira**  
**(Dúvidas interpretativas)**

As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pelo Primeiro Outorgante, ouvida a Segunda Outorgante.

**Cláusula Décima Segunda**  
**(Casos omissos)**

Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato aplicar-se-á o disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e demais legislação em vigor aplicável.

**Cláusula Décima Terceira**  
**(Legalidade da despesa)**

O valor referido na cláusula quinta tem os seguintes números de cabimento 63390 e de compromisso 71663.

**Cláusula Décima Quarta**  
**(Gestor do contrato)**

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta designam, na presente data, os respetivos gestores do contrato: Vicente Maria Barbedo Marques Ferreira da Silva pela Câmara Municipal do Porto e \_\_\_\_ pela Freguesia de Ramalde.

Feito em duplicado no dia \_\_\_\_ do mês de \_\_\_\_ de 2020, sendo cada um dos exemplares entregue a cada uma das partes, depois de devidamente rubricado e assinado.

Pelo Primeiro Outorgante

Pela Segunda Outorgante

## ANEXO I

### PROJETOS APROVADOS\* NO ÂMBITO DA 2ª FASE DO ORÇAMENTO COLABORATIVO

Agrupamento de escolas Fontes Pereira de Melo – 7.694,30 €

Associação de Solidariedade e Ação Social de Ramalde – 35.000,00 €

Ass. Rec. Cultural Grupo Dramático 26 de janeiro – 744,79 €

Exército de Salvação – 29.852,52 €

Grupo Desportivo Cultural Sto. Eugénio – 35.000,00 €

Grupo Desportivo do Viso – 34.898,18 €

Junta de Freguesia de Ramalde – 20.000,00 €

\* Nos termos do n.º 3 da cláusula 5ª, a Junta de Freguesia assume os encargos financeiros suplementares.



**Câmara Municipal do Porto**  
**Informação de Cabimento**  
**MAPA ANEXO I da resolução nº 14/2011**  
Sistema de Normalização Contabilística - SNC-AP  
**PROP.: OrçColab(1)/2019**  
**Nº Sequencial de Cabimento: 63390**  
Data de movimento: 12-07-2019

Código de GOP - 01 001 2020/11 Ac.1/1 Apoios

Fonte de Financiamento -	Receitas Próprias %	Receitas Gerais %	União Europeia %	Empréstimos %
-----------------------------	------------------------	----------------------	---------------------	------------------

**Orçamento para o ano de 2020**

Class. Orgânica - 02 Câmara Municipal

Class. Funcional -

Class. Económica - 0405010201 Apoios

1	Dotação Inicial	1 050 000,00
2	Reforços / Anulações	0,00
3	Congelamentos / Descongela-mentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 050 000,00
5	Cabimentos assumidos	0,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	1 050 000,00
7	Cabimento relativo à despesa em análise	1 050 000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	0,00

Data - 30/01/2020

Assinatura do Responsável

---

**Câmara Municipal do Porto**  
**Informação de Compromisso**  
**MAPA ANEXO I da resolução nº 14/2011**  
Sistema de Normalização Contabilística - SNC-AP

**PROC.: OrçColabora4/2019**  
**Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 71663/2019**  
Data de movimento: 12-07-2019

Código de GOP - 01 001 2020/11 Ac.1/1 Apoios				
Fonte de Financiamento -	Receitas Próprias %	Receitas Gerais %	União Europeia %	Empréstimos %

**Orçamento para o ano de 2020**

Class. Orgânica - 02 Câmara Municipal  
Class. Funcional -  
Class. Económica - 0405010201 Apoios

1	Dotação Inicial	1 050 000,00
2	Reforços / Anulações	0,00
3	Congelamentos / Descongelamentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 050 000,00
5	Compromissos assumidos	450 000,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	600 000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	150 000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	450 000,00

Data - 30/01/2020

Assinatura do Responsável

---

**Câmara Municipal do Porto**  
**Informação de Compromisso**  
**MAPA ANEXO I da resolução nº 14/2011**  
Sistema de Normalização Contabilística - SNC-AP

**PROC.: OrçColabora6/2019**  
**Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 71665/2019**  
Data de movimento: 12-07-2019

Código de GOP - 01 001 2020/11 Ac.1/1 Apoios				
Fonte de Financiamento -	Receitas Próprias %	Receitas Gerais %	União Europeia %	Empréstimos %

**Orçamento para o ano de 2020**

Class. Orgânica - 02 Câmara Municipal  
Class. Funcional -  
Class. Económica - 0405010201 Apoios

1	Dotação Inicial	1 050 000,00
2	Reforços / Anulações	0,00
3	Congelamentos / Descongelaamentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 050 000,00
5	Compromissos assumidos	750 000,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	300 000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	150 000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	150 000,00

Data - 30/01/2020

Assinatura do Responsável

---

**Câmara Municipal do Porto**  
**Informação de Compromisso**  
**MAPA ANEXO I da resolução nº 14/2011**  
Sistema de Normalização Contabilística - SNC-AP

**PROC.: OrçColabora7/2019**  
**Nº Sequencial de Compromisso (Lei 8/2012): 71666/2019**  
Data de movimento: 12-07-2019

Código de GOP - 01 001 2020/11 Ac.1/1 Apoios				
Fonte de Financiamento -	Receitas Próprias %	Receitas Gerais %	União Europeia %	Empréstimos %

**Orçamento para o ano de 2020**

Class. Orgânica - 02 Câmara Municipal  
Class. Funcional -  
Class. Económica - 0405010201 Apoios

1	Dotação Inicial	1 050 000,00
2	Reforços / Anulações	0,00
3	Congelamentos / Descongelaamentos	0,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida	1 050 000,00
5	Compromissos assumidos	900 000,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível	150 000,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise	150 000,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual	0,00

Data - 30/01/2020

Assinatura do Responsável

---